

A ATUAÇÃO DOS RELIGIOSOS NOS ALDEAMENTOS INDÍGENAS: CAUSAS DE SUA EXPULSÃO EM 1759

Joanan Marques de Mendonça¹
Prof. Dra. Maria Helena Ochi Flexor²

O referente resumo é fruto da pesquisa sobre a atuação de religiosos regulares em missões indígenas no século XVIII, nos Estados do Grão-Pará e Maranhão, onde se buscou analisar, a presença religiosa nos aldeamentos, e a existências de fazendas, aldeias, índios, vilas e cidades. Através da enciclopédia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisaram-se as cidades dos Estados do Pará, Maranhão e Amazonas, objetivando identificar sua ligação histórica com os antigos aldeamentos formados na região, resgatando os nomes dessas missões e sua gênese, sua ereção a vila e transformação em cidade. Entre as 422 cidades desses Estados, encontrou-se cerca de 63 cidades que têm ligação com antigos aldeamentos ou se tornaram vilas na década de 1750. Através do IBGE, tive acesso as diversas histórias das cidades identificando sua ligação direta com os antigos aldeamentos, povos indígenas que habitavam a região e o nome da Ordem religiosa que ali trabalhava. A partir da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, foram encontradas informações diversas sobre a presença aldeada dos índios, como: o nome de algumas missões; lista das aldeias dos religiosos Mercedários; listas das fazendas dos jesuítas em 1750; pedido do governador Mendonça Furtado para que os Jesuítas ensinassem a língua portuguesa nas aldeias em 1751; carta do mesmo governador ao provincial dos jesuítas sobre a inobservância do regimento das missões; ofício do governador interino, D. Miguel de Bulhões a Diogo Mendonça, para que aos poucos as aldeias se tornassem povoações e freguesias; ofício do governador Mendonça furtado sobre o interesse da Coroa em assumir as fazendas dos jesuítas pagando-lhes a cômputo pedida; vinda de casais de Açores e Madeira para habitar nas recentes vilas fundadas da região 1754; e o casamento entre índios e portugueses 1755.

¹ Graduando em História pela Universidade Católica do Salvador, bolsistas do CNPq entre 2010/2011.

² Professora da graduação e do mestrado da UCSAL.

A COMPETÊNCIA PARA COBRAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS É DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Matheus Assis Cardoso Guanabara¹
Dirley da Cunha Júnior²

A competência para cobrar honorários advocatícios, decorrentes de prestação de serviço do advogado em favor do seu cliente é da Justiça do Trabalho. Essa passa a ser a regra, observado o advento da Emenda Constitucional número 45/2004, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho, de maneira que passou esta Especializada a processar e julgar as ações oriundas, não apenas da relação de emprego, como também daquelas oriundas da relação de trabalho. É válido salientar pela leitura atenta do artigo 7º, I, XXIX, XXXIV e § único, da Constituição Federal de 1988, percebe-se que o legislador constituinte optou por fazer distinção entre tais relações. No caso, a “relação de trabalho” é empregada em um sentido mais abrangente do que a “relação de emprego”, sendo a primeira, apreciada em um sentido *lato* que tem na relação de emprego uma de suas espécies. A “relação de trabalho” diz respeito a toda e qualquer atividade humana que haja o despendimento de energia laboral de uma pessoa em favor de outra, como se observa no trabalho autônomo, eventual, de empreitada, avulso, cooperado, de representação comercial, temporário, sob a forma de estágio, etc, cujos litígios passam a ser também processados e julgados pela Justiça do Trabalho. Sendo assim, no caso pesquisado, não se aplica a Súmula 363 do STJ, mas sim compete a Justiça do Trabalho, uma vez que trata-se de execução de honorários do advogado face a uma relação de trabalho.

Palavras-chave: Competência; Emenda Constitucional 45/2004; Honorários advocatícios.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Católica do Salvador, aluno pesquisador do CNPq.

² Professor da Universidade Católica do Salvador, líder do Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais.

A PERIFERIZAÇÃO DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR O BAIRRO DE PERIPERI: UM CENTRO DENTRO DA PERIFERIA

Eduardo de Souza Santos¹

Nelson Baltrusis²

A ocupação urbana da cidade de Salvador apesar de ter tido inicialmente um planejamento, adquiriu uma forma espontânea de crescimento. Esta ocupação começou a ser desenvolvida onde atualmente se localiza o Centro Histórico da cidade, expandindo-se inicialmente para a Região Sul da Cidade, especificamente nos bairros da Graça, Canela, Vitória e Barra. Atualmente a configuração do espaço territorial de Salvador é composta por XVIII, RA (Regiões Administrativas) sendo as RA – III, São Caetano, RA – XIII, Pau da Lima e RA – XVII Subúrbio Ferroviário com mais de 200.000 habitantes e as RA – XV, Ipitanga e RA – XVI, Valéria com uma população entre 30 e 70 mil habitantes e RA – XVIII, Ilhas, com menos de 30 mil habitantes. Outra divisão territorial em Salvador são as AP (Áreas de Ponderação) sendo 88, sendo formados por bairros e sub bairros, diferente da RA que são denominações territoriais feitas por bairros. A Região Administrativa XVII - Subúrbio Ferroviário, onde está inserido o bairro de Periperi, objeto principal desse estudo. Periperi está localizado no centro da RA – XVII, possuindo uma grande concentração de instituições de serviços públicos e privados, são bancos, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde e um comércio bem diversificado o que acaba atraindo moradores de bairros que fazem delimitações geográficas com o bairro. Existe uma busca desses serviços e instituições existentes em Periperi por pessoas de localidades mais afastadas, de outros municípios, como Simões Filhos, Ilha de São João e Mapele, fazendo de Periperi o centro socioeconômico da Região Administrativa – XVII, tornando-o um ponto de referência do subúrbio no que tange a questão da infra-estrutura, principalmente na questão de bens de serviços.

Palavras Chaves: Ocupação, Região, Espaço, Territorial, Bairros

¹ Graduando do curso de Geografia da Universidade Católica do Salvador (UCSal), bolsista de iniciação científica por cotas do CNPq;

² Professor Orientador

A FUNÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS: IMPORTÂNCIA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Gleydson Martins Peixoto¹

André Alves Portella²

O presente artigo, em essência, visa analisar a função socioeconômica dos tributos municipais, mostrando alguns dos reflexos pertinentes à importância de um Código Legislativo Municipal que verse sobre a tributação, sendo, imprescindível não só a sua existência como também a devida atualização. O objetivo deste trabalho é mostrar a repercussão da não observância dos preceitos constitucionais, em decorrência da não atualização da legislação tributária, que vai repercutir de forma extremamente danosa na sociedade. Esta pesquisa surgiu em virtude da constatação de que múltiplos CTM's (Códigos Tributários Municipais) dos municípios baianos - que estão sendo objetos de estudo pelo Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas, que é vinculado ao Mestrado em Direito Público da Universidade Católica do Salvador - encontram-se totalmente defasados, havendo casos, inclusive, de Códigos anteriores à Constituição Federal de 1988. Não são raros, por outro lado, os casos de municípios que jamais promulgaram a sua lei geral reguladora da matéria tributária. Para a consecução desta pesquisa foram utilizados como fonte, especialmente, a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional (CTN). Os tributos apresentam uma função socioeconômica, visto que através deles, o Estado pode propiciar a sua função constitucional, assegurando melhores condições de vida e saúde para a população. Então, a falta ou a ausência da atualização da lei orgânica municipal, que constitui sua fonte primária, engendra conflitos de ordem constitucional, minando o desempenho da arrecadação tributária, além de lesar o contribuinte, tanto no âmbito patrimonial quanto no âmbito extrapatrimonial. Outro fator, preponderante, é que a legislação tributária deve levar em conta as peculiaridades intrínsecas de cada município, sob pena de incorrer em uma simples folha de papel, sem nenhuma eficácia. Por isso, deve ser paulatinamente atualizada, levando em conta, o contexto sociocultural e econômico que ela vai ser inserida.

Palavras-chave: Finanças públicas; Tributação; Código Tributário Municipal.

¹ Bacharel em História com Habilitação em Patrimônio Cultural (UCSAL). Especialista em Cultura Afro-Brasileira (UNIFACS). Acadêmico do 7º semestre do curso de Direito (UCSAL). Membro do NEF - Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. E-mail: tengmp@gmail.com

² Orientador. Mestre e Doutor em Direito Financeiro e Tributário (Universidade Complutense de Madrid). Professor Adjunto dos cursos de Mestrado e Graduação em Direito (UCSal). Pesquisador e consultor do CNPq e da FAPESB. Membro do Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Salvador/BA. Coordenador do NEF - Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas E-mail: aaportella@pq.cnpq.br.

A PREVISÃO DO INSTRUMENTO URBANÍSTICO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) NOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS, PÓS ESTATUTO DA CIDADE (2001)

Jéssica Taís de Paula Fernandes Nascimento Santos¹

Aparecida Netto Teixeira²

A presente pesquisa foi elaborada com a finalidade de analisar os avanços relacionados à problemática da habitação social - particularmente quanto ao instrumento de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) - posteriormente à promulgação do Estatuto da Cidade (2001). Vale ressaltar que, o referido diploma legal e a Constituição Federal (1988) prevêm mecanismos e ações capazes de minimizar o quadro precário da moradia no Brasil. As ZEIS são áreas demarcadas no espaço urbano, ocupadas predominantemente pela população de baixa renda, para as quais o poder público tem o intuito de regularizar, sob os aspectos jurídico e urbanístico, assegurando a essa população o direito social à habitação de qualidade. A metodologia utilizada constou de leitura sistematizada e análise dos Planos Diretores, para um conjunto de municípios brasileiros selecionados. Após a checagem da previsão do instrumento urbanístico ZEIS, as informações colhidas foram sistematizadas em quadros-síntese de ZEIS, por município, observados os aspectos relativos aos mecanismos de regulamentação, mecanismos de gestão e parâmetros urbanísticos específicos. Posteriormente foram elaborados quadros-resumos e, a partir destes, uma análise comparativa acerca dos municípios pesquisados. Como resultado foram identificados quais municípios tem avançado na área de habitação de interesse social, já que a previsão de ZEIS no Plano Diretor funciona como suporte legal importante para que esse instrumento possa ser colocado em prática, adequando-se à realidade local. Desse modo, pode-se concluir acerca de quais os municípios que mais se dedicaram a essa questão, bem como os avanços conquistados, ainda que, em alguns casos, pouco expressivos. A apresentação será feita na forma oral.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Zona Especial de Interesse Social; Função social da propriedade; Política Urbana.

¹ Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

² Orientadora, líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gestão Democrática das Cidades”, vinculado à Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Prof^a Dr^a. Do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL).

A PROTEÇÃO DA CRIANÇA COM INTERSEXO E OS DIREITOS HUMANOS

Andréa Santana Leone de Souza¹
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima²

A intersexualidade é resultado de um desequilíbrio entre os fatores que determinam o sexo. O estigma sobre as pessoas com intersexo é um assunto muito delicado, pois a criança com intersexo enfrenta diversas necessidades de ordem diagnóstica, física, funcional, psicológica, social, além daquelas de natureza jurídica para seu registro civil. Desafios na: realização de exames, utilização de medicamentos, muitas vezes durante toda a sua vida, apoio terapêutico e familiar constituem demandas significativas. Estas questões dialogam com a dignidade da pessoa humana, princípio basilar dos Direitos Humanos. O tema é atual e ainda pouco discutido no âmbito das ciências sociais. Sabe-se que uma anomalia genital ocorre aproximadamente em 1 de cada 4.500 nascimentos, constituindo-se em uma frequência considerável. O objetivo desse artigo é discutir a proteção da criança intersexuada na perspectiva dos Direitos Humanos. O método de abordagem é qualitativo, sendo utilizado como procedimento: revisão de literatura, revisão legislativa e entrevista semi-estruturada com cinco profissionais sendo três médicas, uma psicóloga e uma assistente social. Na entrevista foi questionado a respeito da possibilidade da criança com intersexo serem vítimas de discriminação. Concluiu-se que as crianças com intersexo sofrem constantes discriminações. A Discriminação é um tema recorrente na sociedade e percebe-se que mesmo com toda a evolução ainda é possível identificar os limites culturais, de valores e a exclusão nas comunidades. A declaração Universal dos Direitos dos Homens foi proclamada pela maior parte dos governos, no entanto, é preciso que se efetive. Na tentativa de solução um dos caminhos é disseminar o conhecimento sobre o tema para a efetivação dos direitos das crianças com intersexo, bem como, a produção de uma cartilha direcionada aos pais e a comunidade para explicar e sanar possíveis dúvidas a respeito do tema.

Palavras- Chave: Intersexo; Direito da Criança; Direitos Humanos.

¹ Estudante de Direito, 9º semestre, Universidade Católica do Salvador; Bolsista CNPQ, Integrante do Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos, Direito à Saúde e à Família, coordenado pela Professora Doutora Isabel Maria Sampaio de Oliveira Lima - Autora.

Contato: Andrea_leone88@hotmail.com /8876-3554/9205-8631

² Professora Orientadora, Juíza de Direito, Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), Coordenadora do Grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ). Email: isabelmsol@gmail.com – Co-Autora e Orientadora.

A VIDEOCONFERÊNCIA À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Fernanda de Assis Gutierrez¹

Dirley da Cunha Júnior²

Consoante a pesquisa realizada, a despeito da maioria da doutrina defender a constitucionalidade do interrogatório do réu por meio do sistema da videoconferência, pôde-se concluir que este sistema, implantado no Brasil recentemente, é parcialmente inconstitucional. O instituto fora trazido pela lei nº 11.900 de 2009, que, por seu turno, alterou o §2º do art. 185 do vigente Código de Processo Penal. À vista disso, possibilitou, ao excepcionar a regra da realização do interrogatório no estabelecimento prisional em que o réu preso se encontrar, o emprego da videoconferência ou de outro recurso tecnológico análogo, a fim de evitar o transtorno de deslocá-lo até a sede do juízo. É imperioso salientar que somente por intermédio de decisão fundamentada e pautada na hipótese de um dos quatro incisos previstos no referido §2º, do art. 185 do CPP é que validaria a utilização da videoconferência. A primeira hipótese (inciso I) não fundamentaria a medida, haja vista que é dever do Estado garantir a segurança pública, portanto, é tarefa sua contratar uma equipe qualificada de policiais para evitar fugas repentinas no trajeto do preso até a sede do juízo. No tocante ao inciso três (III), o ordenamento jurídico deve se valer tão somente da possibilidade da testemunha e vítima serem ouvidas por meio do sistema da videoconferência, de modo que o direito do réu a ser ouvido pessoalmente não seja violado. Por fim, o último inciso carrega em seu bojo a expressão incerta “ordem pública”, cujo sentido abstrato corrobora a necessidade de sua extirpação do ordenamento jurídico para não caber interpretações errôneas e violar, por conseguinte, direitos do réu. O inciso dois (II) do referido artigo contém a única hipótese que poderia embasar a utilização da videoconferência, todavia, não em sua integralidade. Somente em virtude de enfermidade o réu preso poderá optar pelo uso do sistema tecnológico de interrogatório *on line*. Deveras, o interrogatório é um meio de defesa posto à disposição do réu. À vista disso, se permite que se reconheça ao réu a titularidade sobre o juízo de conveniência e oportunidade de prestar ou não o seu depoimento. Enfim, o Estado não pode privar do réu o interrogatório, sob pena de nulidade absoluta do processo, entretanto, poderá o réu recusar-se de usufruir da possibilidade de se defender perante as acusações. É de fato uma assunção de risco em não ter o julgamento favorável para si, mas o interrogatório é um ato de disposição do réu. Ao conceder o uso da videoconferência com base nos incisos I, III e IV do art. 185, o Estado estaria impossibilitando o exercício, em sua plenitude, da ampla defesa, uma vez que a videoconferência mitiga o direito fundamental de ampla defesa, ao violar o direito de presença do réu (inconstitucionalidade). Desse modo, seria causa de nulidade absoluta do processo, pois é atribuição estatal garantir o exercício pleno dos direitos fundamentais. Em última análise, em razão de enfermidade (caso fortuito) o réu poderá escolher pela utilização da videoconferência, porquanto é faculdade sua renunciar ao seu direito de defesa no todo ou em parte (ao se valer da videoconferência).

Palavras-chave: Videoconferência; Princípios; Constitucionalidade.

¹Vínculo Institucional – Universidade Católica do Salvador; Órgão Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

²Orientação para Iniciação Científica – Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais – Universidade Católica do Salvador.

APRESENTAÇÃO DE DADOS DE MONITORAMENTO DE COMPOSTAGEM NA UNIDADE DA LIMPURB – SALVADOR

Iohama Moreira Paim¹
Miriam de Fátima Carvalho²

Este artigo apresenta resultados do projeto de pesquisa em desenvolvimento intitulado “**Avaliação do processo de compostagem de resíduos sólidos urbanos da unidade da Limpurb - Salvador**”. Será apresentado e discutido os dados de monitoramento de três misturas de diferentes resíduos sólidos urbanos por cerca de 150 dias, no período de verão, avaliando valores de temperatura, umidade, pH e relação C/N durante o processo. Esses resultados serão comparados com os resultados obtidos na segunda parte do projeto, com as leiras montadas no período de inverno. Na unidade de compostagem da LIMPURB, no Aterro de Canabrava – Salvador, foram montados três conjuntos de três leiras de pequeno volume com diferentes proporções de materiais carbonados (resíduos verdes) e nitrogenados (esterco de animal, frutas e verduras.). O primeiro conjunto foi montado com 30% de esterco de animal e 70% de resíduos verdes; outro conjunto foi constituído de 60% de resíduos verdes e 40% de frutas e verduras; e o último, formado por 70% de resíduos verdes, 20% esterco de gado e 10% de frutas e verduras. Na Unidade de Compostagem, o acompanhamento da temperatura foi realizado diariamente, exceto em fins de semana e feriados; o revolvimento foi feito, manualmente, duas vezes por semana e o umedecimento das leiras foi definido a partir dos valores de umidade, como ótimo de 55%. A pluviosidade também foi coletada diariamente, para controlar a quantidade de água recebida pelas leiras todos os dias. Os resultados obtidos até agora estão de acordo com a literatura utilizada, porém ainda não podemos fazer conclusões detalhadas visto que esse é um projeto ainda em andamento, mas pudemos perceber, ao longo do monitoramento, que as temperaturas das leiras podem ter sofrido influência do tipo de mistura que as constituía. Onde continha verduras e frutas, observou-se a fase termófila, já a mistura que não levava esses materiais, apresentava temperaturas altas se regularidade. Outro ponto importante é que, no geral, a parte do meio das leiras apresentou temperaturas mais elevadas em relação ao topo e à base, pela dificuldade em perder calor para o ambiente. As novas leiras já foram montadas e estão sendo monitoradas igualmente às do período de verão, para analisarmos a influência da temperatura ambiente e pluviosidade na maturação do fertilizante.

Palavras-chave: Resíduos urbanos; Compostagem; Fertilizantes.

¹ Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador; bolsista Iniciação Científica CNPq

² Orientadora; Escola de Engenharia, Universidade Católica do Salvador

AS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DE ITAPAGIPE: POR QUE OS ESPAÇOS PRECISAM SER REUTILIZADOS

Filipe Mendes dos Reis¹
Maria Helena Matue Ochi Flexor²

O projeto de pesquisa, vinculado a Fapesb (Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia) coordenado pela historiadora, doutora Maria Helena Matue Ochi Flexor, cujo tema é A antiga indústria de Itapagipe: possibilidades de sua reconversão. Um dos objetivos principais da pesquisa é analisar os espaços deixados por essas empresas. Os espaços vazios deixados por essas empresas tiveram diferentes destinos. A maioria se encontra abandonada, e o trabalho foca necessariamente, na questão da reutilização dos espaços. A metodologia empregada para obter as informações para a pesquisa consistiu na coleta de dados que foram possíveis graças a um roteiro de pesquisas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Instituto Histórico Geográfico da Bahia (IGHB), e nas universidades públicas e privadas a exemplo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Salvador (Unifacs). De acordo com a proposta metodológica, as pesquisas de diversas bibliografias, mostram a história das principais fábricas da península Itapagipana, evidenciam que foram importantes para a economia baiana, principalmente nos séculos XIX e XX, toda a sua linha de produção, materiais utilizados, até mesmo a reação com os funcionários. As pesquisas ainda estão em andamento, mas evidenciam a importância dos espaços, e mostram que precisam ser reutilizados urgentemente, não podem ficar abandonadas.

Palavras-chave: História; Fábricas; Reutilizados.

¹ Autor, bolsista de iniciação científica pela FAPESB, graduando do Curso de História com Habilitação em Patrimônio Cultural 5º semestre pela Universidade Católica do Salvador.

² Orientadora, professora da Universidade Católica do Salvador, doutora em História pela Universidade de São Paulo. O Projeto vinculado a Fapesb.

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DO PROCESSO DE COMPOSTAGEM DA UNIDADE DA LIMPURB – SALVADOR - BA: PRODUTO FINAL

Daiana Santos de Oliveira¹

Miriam de Fatima Carvalho Machado²

Juan Carlos Rossi Alva³

A compostagem é um processo de decomposição aeróbia controlada e de estabilização da matéria orgânica, com obtenção de um produto final estável, rico em compostos húmicos e cuja utilização no solo, não oferece riscos ao meio ambiente. O objetivo deste estudo foi analisar, no composto final, as características dos microrganismos presentes para avaliar a viabilidade de uso na agricultura. As leiras foram montadas na unidade da LIMPURB, a partir de três composições diferentes, em triplicatas, nas seguintes proporções: Leira um, dois e três: 60% poda e 40% restos de frutas e verduras; Leira quatro, cinco e seis: 70% poda, 20% frutas e verduras e 10% cama de animal; Leira sete, oito e nove: 70% poda e 30% cama de animal, em um total de nove leiras. Para a análise microbiológica foram utilizados alguns meios de cultura seletivos, como: caldo tetracionato, caldo caseína peptona de soja, ágar MacConkey, ágar Salmonella-Shigella (Agar SS), ágar EMB, ágar Vogel-Johnson e ágar Cetrimide. Em seguida, foram observadas as características macroscópicas e morfotintorial das colônias. Segundo os resultados obtidos, com relação à composição das leiras e o número dos isolados, não houve diferença significativa. Em todas as amostras verificou-se a presença numa média de oito colônias por amostra. Na primeira composição encontrou-se um número maior de bactérias Gram negativas (podendo pertencer aos gêneros *Salmonella* e *Enterobacter*) comparada às demais composições, onde foram encontradas mais bactérias Gram positivas. Até o momento, no Brasil, não existe uma legislação específica para o composto orgânico, sendo este enquadrado como fertilizantes orgânicos.

Palavras-chave: Compostagem; Microbiologia; Composto.

Financiamento: CNPq e FAPESB

¹ Bolsista CNPq - Graduada em Ciências Biológicas / UCSAL –Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA, daisoliveira@hotmail.com, Autora.

² Doutora em Geotecnia/USP- Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSAL – Co-Orientadora.

³ Doutor em Bioquímica/UFRJ – Professor adjunto do Instituto de Biologia e do Corpo Permanente do Mestrado em Planejamento Ambiental/UCSAL, pesquisador do LEMA – Orientador.

AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO DE COMPOSTAGEM DE TRÊS MISTURAS DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM PERÍODO DE POUCAS CHUVAS

Felipe Guimarães de Souza¹

Miriam de Fatima Carvalho Machado²

Juan Carlos Rossi Alva³

Na cidade de Salvador, o processo de reciclagem dos resíduos orgânicos realizado na Unidade de Compostagem da Limpurb é desenvolvido de forma artesanal, com leiras constituídas de 70% de material rico em carbono (poda) e 30% de material rico em nitrogênio (cama de animal), com revolvimento manual e umedecimento temporário, tendo a temperatura das leiras como único parâmetro de acompanhamento da maturação. Além disso, não é realizada a análise do produto final para determinar a qualidade do composto. Este trabalho tem como objetivo avaliar os resultados preliminares do processo de compostagem de três misturas com diferentes proporções de materiais ricos em carbono e materiais ricos em nitrogênio no período de poucas chuvas - verão. Para o estudo, foram montadas nove pilhas de compostagem, sendo três para cada mistura. A temperatura destas foram medidas diariamente, a umidade controlada através de revolvimento manual, e umedecimento quando necessário, duas vezes por semana. Também foi feita a medição diária da temperatura ambiente e do índice pluviométrico, e em laboratório foi realizada a caracterização físico-química das amostras iniciais e do composto produzido. Analisando os dados obtidos do monitoramento das pilhas, observou-se que a mistura 1 (P 7, 8 e 9) não apresentou uma fase termófila nítida e que em períodos com maiores índices de chuva as pilhas, de forma geral, apresentaram maior umidade. O produto final desta mistura apresentou maior média do teor de matéria orgânica (61,91%) e, junto com a mistura 2, menores médias do teor de cinza (9,95%). Todas as misturas apresentaram materiais inertes no produto final, redução do diâmetro do material inicial e índice pH maiores que 8,0. Apesar dos resultados encontrados, ainda se faz necessário outras análises para determinar a qualidade do composto produzido, como por exemplo, a relação C/N e presença de metais pesados.

Palavras-chave: Compostagem, Análise físico-química, Fertilizante orgânico.

¹ Bolsista FAPESB – Graduando em Ciências Biológicas/UCSAL; Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA - felipe.guimaraes.souza@gmail.com

² Doutora em Geotecnia/USP- Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSAL – Co-Orientadora

³ Doutor em Bioquímica/UFRJ – Professor adjunto do Instituto de Biologia e do Corpo Permanente do Mestrado em Planejamento Ambiental/UCSAL, Pesquisador do LEMA – Orientador

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS, CLÍNICAS E RELATIVAS À QUEDA DE LAJE EM ADULTOS ATENDIDOS NA PRINCIPAL UNIDADE DE REFERÊNCIA EM TRAUMA DA CIDADE DO SALVADOR, BAHIA

Thaiane Lemos Prates¹

Helena Maria Silveira Fraga Maia²

As quedas representam uma parcela significativa dos acidentes por causas externas, as quais têm sido reconhecidas como grave problema de saúde pública, não só pela magnitude como também por envolver, predominantemente, indivíduos jovens em sua fase economicamente produtiva, crianças e idosos. Dentre os tipos de queda, as decorrentes da laje são responsáveis por um incremento no número de internações hospitalares no setor de trauma. Conhecer os fatores associados à este agravo pode auxiliar no direcionamento de políticas públicas de proteção aos indivíduos considerados como mais susceptíveis. Assim, desejou-se identificar as características sócio-demográficas, clínicas e relativas à queda de laje em adultos atendidos na principal unidade de referência em trauma da cidade do Salvador, Bahia. Realizou-se um estudo de corte transversal onde foram incluídas vítimas de quedas de laje. Dados secundários foram coletados por meio de consulta às fichas de internamento no SAME da referida instituição. Dos 44 pacientes admitidos, verificou-se que indivíduos do sexo masculino (72,7%), solteiros (77,3%) com idade entre 25 a 45 anos (56,8%) foram os mais acometidos. Observou-se que a maioria das quedas ocorreu do primeiro andar (75,0%), e que o uso do álcool esteve associado em 13,6% dos casos e o uso de drogas em 4,55%. Nove pacientes (20,5%) sofreram traumas que levaram o rebaixamento do nível cognitivo, sendo que a maior parte dos indivíduos acometidos apresentou leve desordem quando avaliado pela Escala de Glasgow (97,7%). Quanto ao estado clínico dos pacientes, 4,6% sofreram Traumatismo Raquimedular, 62,4% apresentaram lesões associadas, 31,8% cefaléia, 27,3% tontura, 11,4% distúrbio comportamental, 31,8% perda de consciência, 22,7% desorientação têmporo-espacial, 22,7% equimose órbito-palpebral e 13,6% amnésia. Do total de indivíduos, 22,7% necessitaram de internação, 18,2% de cirurgia e 6,8% de transferência. Os resultados sugerem que as vítimas de queda de laje são, predominantemente, adultos jovens, solteiros, economicamente ativos, do sexo masculino e que, em alguns casos, a queda pode estar associada com o uso de álcool e de drogas. Vale ressaltar que, apesar da maioria das quedas ocorrerem de uma altura em torno de três metros, os traumas acarretam lesões associadas com comprometimento clínico e neurológico do paciente.

Palavras-chave: Queda de laje; Epidemiologia; Adultos.

¹ Universidade Católica do Salvador, Iniciação Científica Fapesb

² Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, Orientação

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS, CLÍNICAS E RELATIVAS À QUEDA DE LAJE EM CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS JOVENS ADMITIDOS NA PRINCIPAL UNIDADE DE REFERÊNCIA EM TRAUMA DA CIDADE DO SALVADOR, BAHIA

Tiago Luiz Alves Gonçalves Souza¹
Helena Maria Silveira Fraga Maia²

As quedas, de forma geral, correspondem ao tipo de acidente por causas externas mais frequentes e vêm contribuindo de forma expressiva para o aumento nas taxas de morbimortalidade. Devido ao crescimento vertical por deficiência de espaço, principalmente em zonas faveladas, e falta de recursos para o término da obra das lajes, as quedas têm sido bastante observada nos últimos tempos. O fato de se transformarem em espaço para lazer e trabalho e por geralmente serem desprovidas de segurança, aumentam suas chances. Assim, desejou-se identificar as características sócio-demográficas, clínicas e relativas à queda de laje em crianças, adolescentes e adultos jovens admitidos na principal unidade de referência em trauma da cidade do Salvador, Bahia. Realizou-se um estudo de corte transversal onde foram incluídas vítimas de faixa etária entre 0 a 24 anos. Dados secundários foram coletados por meio de consulta às fichas de internamento no SAME da referida instituição. Verificou-se que indivíduos do sexo masculino (71,7%), solteiros (75,0%) com idade entre 18 a 24 anos (30,7%) foram os mais acometidos. Observou-se também que a maioria das quedas ocorreu em outras lajes que não foram as de suas próprias moradias (97,4%) e que o álcool esteve associado em apenas 2,6% dos casos. Das 39 vítimas com faixa etária entre zero e 24 anos de idade, 35 (89,7%) sofreram queda do primeiro andar e 38 (97,4%) referiram não haver proteção nas lajes. O transporte até a unidade hospitalar por conhecidos, amigos e vizinhos foi feito para 79,4% dos pacientes e, entre estes 15,4% sofreram traumas que levaram a comprometimento do nível cognitivo, 58,9% apresentaram lesões associadas, 2,6% foram a óbito e 7,7% foram transferidos. Os resultados sugerem que as vítimas de queda de laje são, predominantemente, os adultos jovens do sexo masculino e que apesar de a maioria das quedas ocorrerem de uma altura em torno de três metros, esta estrutura geralmente não apresenta proteção. Vale ressaltar que as lesões foram, na maioria, do tipo não neurológicas, mas que o socorro às vítimas pode trazer impactos diretos sobre a condição clínica das mesmas caso não seja efetuado por profissionais treinados.

Palavras-chave: Quedas; Laje; Perfil epidemiológico.

¹ Graduando do curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, bolsista de Iniciação Científica pelo sistema de cotas da Fapesb.

² Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, Orientação

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS, CLÍNICAS E RELATIVAS À QUEDA DE LAJE EM PACIENTES ADMITIDOS NA PRINCIPAL UNIDADE DE REFERÊNCIA EM TRAUMA DA CIDADE DO SALVADOR, BAHIA

Thammy Holanda La Greca de Paiva¹
Helena Maria Silveira Fraga Maia²

Devido à situação sócio-cultural das comunidades de baixa renda no Brasil, as construções de laje se tornam necessárias em uma evolução econômica e familiar. Por outro lado, as quedas de laje estão diretamente relacionadas à forma de uso e ocupação destes solos. Portanto, elas representam uma parcela significativa de acidentes por causas externas na cidade de Salvador, Bahia. Assim, desejou-se estimar as características sócio-demográficas, clínicas e relativas à queda de laje em pacientes admitidos na principal unidade de referência em trauma da cidade de Salvador, Bahia. Realizou-se um estudo de corte transversal com pacientes admitidos na unidade de emergência do Hospital Geral do Estado (HGE) com diagnóstico de lesão por queda de laje. O período de coleta foi de quatro meses e as entrevistas neste período foram realizadas no próprio HGE. Dos 40 pacientes admitidos, 20 (50,0%) eram adultos com idade entre 22 a 45 anos, 9 (22,5%) crianças de 0 a 12 anos, 7 (17,5%) idosos de 46 a 70 anos e 4 (10,0%) adolescentes de 13 a 21 anos. Dos 40 pacientes, 28 eram do sexo masculino (70,0%), 34 negros (85,0%), 27 (67,5%) analfabetos ou que estudaram até o 1º grau, 27 (67,5%) solteiros, separados, divorciados ou viúvos, 23 eram os principais responsáveis pelo sustento da família (57,5%). Com relação ao histórico da queda 22 (55,0%) indivíduos relataram que a queda não ocorreu em seus domicílios, e 34 (85,0%) não tinham consumindo bebida alcoólica no momento da queda. Ainda com relação aos agravos, 31 (77,5%) relataram que as lajes não apresentavam proteção e 25 (62,5%) delas não foram concluídas. Observou-se ainda que 24 (60,0%) vítimas foram socorridas por conhecido, amigo ou vizinho, 28 (70,0%) caíram de altura equivalente ao 1º andar, 21 (52,5%) estavam lúcidos e orientados durante o transporte para o hospital. Com relação à situação de comprometimento neurológico observou-se que 35 (87,5%) apresentaram comprometimento leve, mas 4 (10,0%) evoluíram à óbito. Os resultados sugerem que quedas de laje acometem predominantemente crianças, jovens em fase economicamente produtiva e também idosos, portanto atinge diretamente o futuro destes pacientes assim como o de toda a sua família.

Palavras-chave: Queda de laje; Comprometimento; Morbidade.

¹ Universidade Católica do Salvador, Iniciação Científica Fapesb

² Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador, Orientação

CARACTERIZAÇÃO CITOGENÉTICA DA FAMÍLIA *Tropiduridae* NO LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAHIA

André Kaufer Leite¹
Jorge Rabelo de Sousa²

Tropidurídeos estão distribuídos das Bahamas até a parte inferior da América do Sul. Eles são geralmente o mais diverso grupo de lagartos, ocorrem principalmente em áreas abertas e são adaptados a viver em áreas áridas sendo consideradas espécies onívoras com estratégias alimentares do tipo senta-e-espera. Atualmente, existe dificuldade no esclarecimento das relações de parentescos e problemas sistemáticos de *Tropidurus*. Além dos dados morfométricos e merísticos, estudos citogenéticos têm contribuído para esclarecer essas questões filogenéticas e evolutivas do grupo. Essas pesquisas envolvem desde a simples descrição do número e morfologia dos cromossomos até análises detalhadas da “sua estrutura e organização”. Dados cromossômicos podem revelar diferenças que não são detectadas a partir de outros dados. Assim a utilização de dados obtidos de técnicas de citogenéticas pode ser uma importante contribuição para o esclarecimento de dúvidas taxonômicas. O presente trabalho teve como objetivo caracterizar os cariótipos de exemplares da família *Tropiduridae* encontrados no Litoral Norte do Estado da Bahia - Brasil. Foram utilizados, no total, cinco espécimes de lagartos do gênero *Tropidurus*, representantes de duas espécies: *Tropidurus hygomi* (Spix, 1825) e (Reinhard & Luetken, 1861) procedentes do Litoral Norte da Bahia, sob a licença do IBAMA (nº 23978-1). Os indivíduos foram submetidos à técnica de citogenética de acordo com o protocolo de Kasahara 2009 com algumas adaptações. A divisão celular foi interrompida pela aplicação de uma solução de colchicina a 0,01% via intraperitoneal. Após o abate do animal, o intestino foi seccionado e o epitélio intestinal foi raspado para obtenção de células em divisão celular. A suspensão celular foi gotejada sobre uma lâmina de microscopia e corada com solução Giemsa. Foi observado um total de 52 metáfases em 9 lâminas pertencentes a três indivíduos (dois *T. hygomi* e um *T. hispidus*) sendo 33 para *T. hygomi* e 19 para *T. hispidus*. O número máximo de metáfases em um espécime foi de 10 e o mínimo de 3, com uma média de 17 por indivíduos. Dois indivíduos não apresentaram células em metáfase depois de submetidos à técnica citogenética. Os objetivos foram parcialmente alcançados. Até o presente momento foi possível padronizar a técnica citogenética de coloração convencional para lagartos do gênero *Tropidurus*. As metáfases obtidas a partir da coloração convencional serão submetidas a técnicas de bandamento cromossômicos e de impregnação por nitrato de prata (Ag-NOR). Com os resultados obtidos durante o período de vigência da bolsa de iniciação científica FAPESB publicou-se um resumo na IV Semana do Meio Ambiente com o título “Importância do manejo de lagartos em experimentos citogenéticos” e foi submetido na XIV Semana de Mobilização Científica um artigo intitulado “Padronização da técnica de citogenética em lagartos no Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA”.

Palavras-chave: Citogenética; Coloração Convencional; Lagarto.

¹ Estudante do Curso de Ciências Biológicas da UCSal; estagiário do Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA; Bolsista de iniciação científica FAPESB.

² Mestre em Patologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-Ba). Professor Assistente do Curso de Ciências Biológicas da UCSal.

CARIOTIPAGEM DAS ESPÉCIES *Tropidurus hispidus* (Spix, 1825) e *Tropidurus hygomi* (Reinhard & Luetken, 1861) NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Maria Carneiro da Rocha de Almeida¹

Jorge Rabelo de Souza²

Dados citogenéticos são uma ferramenta importante não só para a caracterização das espécies, mas também para o entendimento dos processos evolutivos que ocorrem nos diferentes grupos. Lagartos da família Tropiduridae são característicos de regiões tropicais, possuindo ampla distribuição dentro de seus diversos ecossistemas, dentre esta família as espécies *Tropidurus hispidus* e *Tropidurus hygomi* fazem parte da fauna da Bahia. A utilização de dados obtidos de técnicas citogenéticas pode ser uma importante contribuição para o esclarecimento de dúvidas taxonômicas nesse grupo em estudo. Com o intuito de obter informações que muitas vezes não são evidentes a nível fenotípico, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar os cariótipos de exemplares das espécies *Tropidurus hispidus* e *Tropidurus hygomi* encontrados no Litoral Norte da Bahia. Foram utilizados cinco espécimes de lagartos: dois indivíduos da espécie *T. hygomi* e três *T. hispidus* procedentes do Litoral Norte da Bahia (licença do IBAMA nº 23978-1). Os indivíduos foram submetidos à técnica de citogenética de acordo com o protocolo de Kasahara 2009 com algumas adaptações. Observou-se um total de 52 metáfases em 9 lâminas pertencentes a três indivíduos (dois *T. hygomi* e um *T. hispidus*) sendo 33 para *T. hygomi* e 19 para *T. hispidus*, quantidade considerada satisfatória, tanto em relação à qualidade quanto à quantidade de células, com uma boa visualização. Com isso, o presente estudo resultou na implantação e padronização dessa técnica citogenética para lagartos no Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOА), o que foi de grande relevância, já que a padronização de uma técnica permite a repetição dos resultados, possibilitando a confirmação dos dados obtidos com maior precisão e com menor perda de material. As metáfases obtidas a partir da coloração convencional serão posteriormente submetidas a técnicas de bandamento cromossômico e de impregnação por nitrato de prata (Ag-NOR). Foi desenvolvido um plano de manejo em cativeiro para a manutenção dos espécimes para os experimentos. A partir de observações feitas durante o estudo, pôde-se sugerir que um plano de manejo em cativeiro é imprescindível para um bom resultado quanto à padronização da técnica citogenética com lagartos já que uma dieta adequada tende a estimular a atividade intestinal do animal possibilitando um grande número de células em renovação no período de jejum. No entanto ainda não foi possível realizar a montagem dos cariótipos devido à falta de alguns recursos na realização das fotografias do material. Com os resultados obtidos durante o período de vigência da bolsa de iniciação científica FAPESB publicou-se um resumo na IV Semana do Meio Ambiente com o título “Importância do manejo de lagartos em experimentos citogenéticos” e foi submetido na XIV Semana de Mobilização Científica um artigo intitulado “Padronização da técnica de citogenética em lagartos no Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOА”. Espera-se neste trabalho continuar contribuindo no enriquecimento das informações relacionadas às técnicas utilizadas e às espécimes examinadas.

Palavras-chave: Citogenética, Lagartos, Coloração Convencional.

¹ Estudante do Curso de Ciências Biológicas da UCSal; estagiário do Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOА; Bolsista de iniciação científica FAPESB.

² Mestre em Patologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)-Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-Ba). Professor Assistente do Curso de Ciências Biológicas da UCSal.

COMPOSIÇÃO DA AVIFAUNA DA LAGOA DE PITUAÇU, SALVADOR-BA

Liza Leal Topazio¹
Moacir Santos Tinocô²

O objetivo do estudo foi determinar a composição, riqueza e abundância relativa da avifauna na lagoa do Parque Metropolitano de Pituaçu, analisando variáveis estruturais, climáticas e de degradação do corpo d'água que apresentem uma relação com a ocorrência da avifauna nas diferentes porções da lagoa. Para a realização da amostragem foram dispostos dois transectos (T1 e T2), cada um possuindo cinco pontos amostrais, sendo equidistantes os pontos em 200m e a distancia entre os transectos era de 500m. Foram realizadas duas campanhas de amostragem, ocorrendo de outubro a dezembro e março à maio, com quatro visitas mensais, com alternância dos transectos. As observações foram feitas através do método por pontos de escuta, ao amanhecer do dia, sendo realizadas observações durante 20 minutos em cada ponto, de que forma as aves utilizavam a lagoa (ex. forragear, deslocar, nidificar, etc.) e ao final de cada observação eram medidas as variáveis climáticas e feita à caracterização da estrutura física da lagoa. No estudo foi encontrada uma riqueza de 22 espécies de aves para o PMP, sendo 15 para T1 e 17 para T2, distribuídas em nove ordens e treze famílias. Foram contabilizados 425 contatos, sendo 182 (T1) e 244 (T2). Os maiores índices pontuais de abundancia foram das espécies *Jacana jacana*, *Tachybaptus dominicus* e *Butorides striata* para o PMP. Através do Teste de Regressão Linear Simples mostrou que a cobertura das macrófitas influencia a abundancia das aves, sendo inversamente proporcionais. As espécies que demonstraram uma relação inversa as macrófitas foram *Tachybaptus dominicus*, *Chloroceryle amazona* e *Butorides striata*. São espécies que apresentam adaptações e hábitos a ambientes com menor porção coberta por vegetações aquáticas. O teste de Mann-Whitney (ANOVA não paramétrica) demonstrou resultado extremamente significativo sobre a diferença na cobertura das macrófitas em cada transecto, visto que no T1 a porção d'água estava mais coberta de vegetação do que no T2, podendo ter influenciado nas guildas. As guildas predominantes no T1 foi a onívora e para o T2 os piscívoras. Com base neste trabalho, destacamos a importância de estudos que visem avaliar as áreas úmidas fortemente urbanizadas, pois apresentam em sua composição diversos habitat e são ecossistemas utilizados por uma variedade de aves. O número de espécies de aves observadas demonstra a importância das lagoas para a manutenção da avifauna rica do PMP. Pode-se perceber que a lagoa apresenta grande interferência antrópica, através de seus atrativos no lazer, bem como utilizado pelos moradores da região para atividades como pesca e despejo de resíduos. Conseqüentemente, ocorre a degradação do meio, podendo tornar a avifauna menos rica e aumentando a abundância das espécies generalistas. Algumas espécies tendem a desaparecer deste ambiente, a exemplo de *Tachybaptus dominicus* que apresentam relação de abundância inversa a cobertura de macrófitas na lagoa.

Palavras-chave: Aves; Macrófitas; Conservação.

¹ Universidade Católica do Salvador, estagiária do Centro de Ecologia e Conservação Animal- ECOA. Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia- FAPESB.

² Coordenador do Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA – Universidade Católica do Salvador.

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO CASO DO PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU SALVADOR BAHIA

Fernando Macedo Cardoso¹
Cristina Maria Macedo Alencar²

O propósito deste trabalho surge a partir da vivência, no grupo de iniciação científica Desenvolvimento Sociedade e Natureza, da Universidade Católica do Salvador, que tem como linha de pesquisa ruralidades no campo e na cidade e sustentabilidade e coexistência rural urbana. Neste grupo participei de diversas palestras, seminários e discussões sobre a relação sociedade natureza; sustentabilidade socioambiental, agricultura familiar, produção de biodiesel, condições ambientais das barragens da Região Metropolitana de Salvador e tensões rural urbana. A partir dos estudos desenvolvidos pelo grupo e relacionados ao Parque Metropolitano de Pituaçu, foram identificados conflitos socioambientais gerados *a priori* pela má distribuição da riqueza socialmente produzida, bem como pelo mau uso da terra, descaso dos governantes e da justiça com relação as pessoas que moram em lugar “especialmente protegido”, e pela insegurança de morar em um lugar onde as condições de saúde e estrutura urbana são precárias. Estas foram as questões que me levaram ao interesse de desenvolver estudos sobre uma das comunidades existentes no referido Parque. Por um conjunto de fatores a escolha recaiu sobre a comunidade que é anterior ao parque e instalada no seu interior, o que fez, inclusive, com que se tornasse ilegal diante da instituição da área como parque. Trata-se da comunidade de Bate Facho. Foi por esses e tantos outros motivos que espero identificar no decorrer do estudo, que me despertaram para fazer o trabalho sobre a comunidade do Bate Facho, localizada na área de proteção ambiental do Parque Metropolitano de Salvador.

Palavras-chave: Conflito socioambiental; Parque, questão social.

¹ Autor. Graduando em Serviço Social, na Universidade Católica do Salvador; bolsista de iniciação científica por cotas do CNPq, vinculado ao no grupo de pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza- DSN

² Orientadora de iniciação científica. Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Líder do grupo de pesquisa DSN

DECISÕES DO STF E OS NOVOS CONCEITOS DE ENTIDADE FAMILIAR

Leandro Aquino Meireles dos Santos¹
Dirley da Cunha Júnior²

A constituição federal e a grande regente das leis infraconstitucionais, sendo que o Ordenamento Jurídico é todo constitucionalizado, pois seus dispositivos estão intimamente ligados a Constituição Federal. A Constituição exerce hoje um papel bastante importante no Direito de Família, é importante destacar as transformações sociais que estão ocorrendo na sociedade contemporânea e o posicionamento interpretativo que o Supremo Tribunal Federal estar dando aos novos conceitos de entidade familiar, onde o nosso principal parâmetro de referencia são as ADI 4277 e ADPF 132 e os reflexos que estão sendo produzido na sociedade, o método utilizado na pesquisa foi constituído através da avaliação de textos e livros, ocorreu também as análises das diversas etapas que caracterizaram as transformações e surgimento dos novos conceitos de núcleo familiar no Brasil, observando também as reações dos setores mais conservadores da sociedade onde os mesmos demonstram possuir um posicionamento contrario ao STF principalmente no tocante que versa a respeito das uniões homo afetivas, consagrando assim a importância das ações constitucionais e a sua influencia na construção de uma sociedade justa, livre e solidária.

Palavras-Chave: Constituição; Família; Cidadania

¹ Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas do CNPq;

² Orientador.

DRENSAL – IMPACTO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAS E DO TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS NO ESCOAMENTO SUPERFICIAL EM COMUNIDADE URBANA DE BAIXA RENDA

Marcio dos Santos Brito¹
Marco Jorge Almeida Santana²

O presente trabalho tem como objetivo estudar o escoamento superficial em pavimentos de escala reduzida construídos com blocos de solo-cimento, avaliando em laboratório o processo de escoamento superficial em pavimentos de blocos de solo-cimento podendo comparar os resultados experimentais do estudo com tecnologias já utilizadas no controle do escoamento superficial. Testes de caracterização do solo e definição das misturas de solo cimento para posterior dosagem da mistura foram estudados e executados em laboratório. A partir do desenvolvimento do traço foram confeccionados blocos de solo-cimento experimentais, dos quais se obteve resultados de resistência a compressão, teor de absorção e durabilidade. Após esta etapa iniciou-se o processo para criação da oficina, para confecção de 2000 blocos de solo-cimento, onde tiveram que ser confeccionada caixas trapezoidais para areia e o solo, a fim de facilitar a obtenção do traço calculado. Para aumentar a produção dos blocos utilizamos uma betoneira de eixo vertical cuja capacidade era de 140L da qual tornou o processo de mistura mais rápido. Depois da mistura pronta, colocávamos o material num peneirador elétrico, obtendo-se uma “farofa” e em seguida o material era prensado numa prensa manual para originar o bloco de solo-cimento. Confeccionado o bloco, o mesmo passava por um processo de cura úmida durante 7 dias, para não ocorrer trincas de retração por perda de água. Após confecção de 2000 blocos de solo cimento feitos na 1ª etapa, realizamos ensaios em laboratório, com o instrumento conhecido como máquina de chuva. Este ensaio permitia realizar ensaios com diferentes tipos de inclinações a qual o pavimento intertravado poderia ser empregado. Durante o ensaio era medido a absorção, o escoamento superficial e a percolação da água pela juntas. Onde a água era coletada em recipientes e posteriormente medida. Diante dos resultados dos ensaios, iniciamos a construção do pavimento, sendo que tivemos que realizar a limpeza do local, regularização do terreno, demarcação da área com meio-feio, assentamento dos blocos e rejuntamento. Em seguida construímos uma trincheira de infiltração com capacidade de 16,00m³, sendo escava através de uma retro-escavadeira e preenchida com pedra matacão para facilitar o escoamento da água. Instalamos medidores dentro da trincheira para medir a capacidade de infiltração decorrente do pavimento, pelo escoamento superficial e de percolação pelas juntas. Também foi instalado um pluviômetro para medirmos o volume de chuva, sendo que este volume poderia alterar os dados dos ensaios.

Palavras-chave: Impacto; Tratamento; Comunidade.

¹ Graduando do Curso de Engenharia Civil - Universidade Católica do Salvador. E-mail: msbbrito15@hotmail.com; FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

² Professor da Universidade Católica do Salvador, Orientador do projeto DRENSAL, FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Maria Isabel Carvalho Vasconcellos¹
Ângela Maria Carvalho Borges²

Com o desafio de entender a relação de Trabalho e Escolaridade, dentro de um contexto de elevado desemprego, desigualdade e rápidas mudanças tecnológicas enfrentados no Brasil no século XXI é necessário primeiramente entender a dinâmica do mercado de trabalho em que a sociedade está inserida. Segundo Claus Offe, diante de um mercado de trabalho capitalista e competitivo, as relações entre oferta e demandas são geridas pela concorrência entre outros ofertantes e demandantes. A estratégia usada pelo lado da oferta, isto é, pelos trabalhadores, para conquistar vantagens, é satisfazer ao máximo à demanda, se adequar ao que for exigido incluindo neste caso o nível de escolaridade formal e cursos profissionalizantes ou complementares. A estratégia do lado da demanda, por sua vez, é reduzir as expectativas da força de trabalho quanto à elevação do salário, fazendo com que a demanda seja satisfeita com a oferta disponível. Quando os trabalhadores não encontram demanda para a qualificação que buscaram, esta perde valor. Diante dessa situação, os ofertantes abrem mão de suas expectativas, submetendo-se à demanda existente ou, no máximo, deslocando-se para outros mercados de trabalho, originando fluxos migratórios. É neste cenário em que István Mészáros questiona o papel da educação, subordinada ao sistema capitalista. Para este autor, neste contexto, a educação funciona como um processo de interiorização de conhecimentos, cultura, valores que legitimam a posição que foi estabelecida para o indivíduo, induzindo-o a aceitação passiva; portanto, um mecanismo de alienação. Em uma sociedade capitalista, a educação e o trabalho são igualmente subordinados a esse sistema. A educação não é universal, assim como o trabalho também não o é. Consultando indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) referentes ao nível de escolaridade dos ocupados da Região Metropolitana de Salvador, vê-se que acompanhando os ganhos de escolaridade da população, aumentou a proporção de ocupados mais escolarizados: em Maio de 1999 essa proporção era de 10,1% para os que tinham completado o 3º Grau, ou seja, tinham adquirido o diploma de nível superior, e este percentual cresceu para 14% em Maio de 2011. Os que tinham 2º Grau Completo/3º Grau Incompleto, em Maio de 1999 representavam 32,2% dos ocupados e no mesmo mês de 2011 já representavam a maior porcentagem ocupada (49,4%). O declínio que houve neste período, foi com o percentual dos ocupados com pouco nível de instrução. Os analfabetos que em Maio de 1999 representavam 4,2% dos ocupados, hoje são estatisticamente insignificantes. Quem tinha o 1º Grau Incompleto era a maioria em 1999, chegando a um percentual de 36,3% no mês de Maio e passou a representar 20,4% do total no mesmo mês em 2011. Também se observa nos indicadores da PED que ter um diploma de nível superior, significa uma grande possibilidade de se obter uma melhor remuneração em comparação com quem tem níveis mais baixos de escolaridade. Mesmo que essa diferença tenha diminuído nos últimos anos. Como exemplo, em Abril de 1999 o rendimento médio real dos ocupados com nível superior era de R\$ 3.208,00 e ele caiu para R\$ 2.527,00 em Abril de 2011. Os que tinham 1º grau incompleto ganhavam 14,1% dos que tinham nível superior no início do período e em Abril de 2011 passaram a ganhar 25,3%. O que se constatou foi que o nível de escolaridade é ainda um indicador genérico de qualificação para que os

¹ Estudante da Universidade Católica do Salvador, bolsista do CNPq

² Doutora em Ciências Sociais, professora e coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL, pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho

empregadores contratem quem melhor atingir os perfis desejados. Porém, como não se tem a criação de grande quantidade de postos de trabalhos qualificados, a elevação do nível de escolaridade frequentemente resulta em uma super-qualificação de alguns segmentos de trabalho, levados a ocupar cargos que não necessariamente precisam de grandes credenciais, desvalorizando os diplomas de nível mais elevado.

Palavras-chave: Trabalho; Escolaridade; Região Metropolitana de Salvador.

ENTRE CRIME E CASTIGO: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES JURÍDICAS E SOCIOLOGICAS DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Jorge Cleidson Andrade Reis de Mello¹
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

Este artigo versa sobre o Sistema Penal brasileiro e suas representações na contemporaneidade a partir das categorias analíticas: penas, prisões, processos sócio-educativos e relações familiares. Busca-se refletir e analisar acerca da política criminal e penal, as diretrizes nacionais para a educação nos estabelecimentos prisionais e o plano político pedagógico. Além dos pontos em evidência, atenta-se para a superpopulação carcerária, visto de um prisma geral tanto na esfera nacional quanto estadual. Fora utilizado o referencial teórico da Conferência Ibero Americana de Direito Penal, com publicação do livro: “Sistema Penal Contemporâneo: a crítica e o debate” – realização do Ministério da Justiça, juntamente com o CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2010, e os marcos legais-institucionais vigentes. Estes referenciais balizaram questões da atual conjuntura criminal, baseado por uma hermenêutica jurídica constitucional e aproximações com os contextos individuais, familiares e sociais. Também, em exame, as diretrizes debatidas no I Encontro Regional Nordeste de Educação em Prisões, 2010, Salvador-BA. Diretrizes Nacionais: Educação em Prisões – Conselho Nacional de Educação, publicado no D.O.U. de 7/5/2010, Seção 1, p. 28. As razões do interesse por este trabalho são em decorrências da alarmante população carcerária aumentada diuturnamente e a garantia de direitos humanos, manutenção de vínculos familiares e sociais, bem como processos sócio-educativos. O objetivo é apresentar no tema proposto: **“Entre crime e castigo: Análise das representações jurídicas e sociológicas do Sistema Penal Brasileiro”**, o perfil de homens e mulheres que cumprem penas sem as devidas prerrogativas constitucionais, inexistindo como pessoa humana, alterada quando inserida na atual realidade nacional e estadual. No referencial de tempo, o dado avaliado pautou-se do período de 2009 e 2010, inicialmente, de abrangência nacional, dividido em: faixa etária, tipificação penal (natureza do crime), escolaridade, percentual de pessoas estudando. O processo contou com informações oferecidas pelo Ministério da Justiça, DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional (Infopen estatística). No campo da territorialidade e delimitação geográfica, optou-se pelo acompanhamento. Foram enfocados pontos referentes à Constituição da República Federativa do Brasil e os Direitos Humanos (normas supra e infraconstitucionais), definições jurídicas, bem como suas redes: indivíduos, relações familiares e sociais e Estado, adotando-se como procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica e empírica. A amostragem, para biênio algumas características perfazem o perfil analisado: quantidade por regime e cumprimento de pena, perfil social, procedência e etnia. A problemática partiu da seguinte interrogação: O que é justiça? O sistema penal é justo ou injusto? De que forma o indivíduo é integrado a sociedade? Ou seria desintegrado. O que vem a ser a cultura carcerária?

Palavras – chave: Brasil; Sistema Penal e carcerário; Direitos Humanos; Famílias.

¹ Graduando em Direito – Universidade Católica do Salvador – Bolsista de iniciação científica por cotas do CNPq e integrante do NPEJI/UCSAL.

² Pós-Doutora em Humanidades pela Universidade de Salamanca, Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (CAPES 5). Orientadora.

ESTUDO MICROBIOLÓGICO PRELIMINAR DO LIXIVIADO DA UNIDADE DE COMPOSTAGEM DA LIMPURB, SALVADOR-BA

Sara Nunes Vaz¹

Miriam de Fátima Machado Carvalho²

Juan Carlos Rossi Alva³

A compostagem é um processo microbiológico aeróbio e controlado de transformação de resíduos orgânicos em matéria estabilizada. O lixiviado, também conhecido como chorume é o líquido formado pela decomposição de substâncias contidas nos resíduos sólidos, que tem como características cor escura, mau cheiro, além de elevada concentração de microrganismos, que podem se infiltrar no solo contaminando lençóis freáticos. O objetivo deste estudo foi avaliar a presença de microrganismos indicadores de contaminação e patogênicos do líquido lixiviado da Unidade de Compostagem da LIMPURB. Foram coletadas nove amostras do lixiviado a partir de leiras de compostagem, montadas com três diferentes misturas (I: 70% poda, 30% cama de animal; II: 70% poda, 20% frutas e verduras; 10% poda; III: 60% poda; 40% frutas e verduras), em triplicata, na Unidade de Compostagem da LIMPURB, Salvador-BA. As amostras nove, oito e sete correspondiam à mistura I; as amostras seis, cinco e quatro correspondiam à mistura II e as amostras três, dois e um correspondiam à mistura III. As análises microbiológicas foram realizadas no Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA – na Universidade Católica do Salvador. Para a determinação de coliformes totais e termotolerantes, utilizou-se a técnica dos tubos múltiplos e Número Mais Provável (NMP). Para a identificação de outros microrganismos patogênicos, alíquotas das amostras foram semeadas em placas, nos meios de cultura Agar MacConkey, Ágar Salmonella-Shiguelia e Ágar EMB; após o crescimento microbiano, foram observadas as características macroscópicas e morfotintórias das colônias. Nos resultados encontrados, em todas as misturas houve crescimento de coliformes totais e termotolerantes, com destaque para a mistura três, que apresentou os maiores valores de NMP/mL: >1100 e 1100 respectivamente. Na mistura um, verificou-se a presença de 12 colônias bacterianas distintas, sendo que 10 eram Gram negativas. Na mistura dois, encontrou-se 17 colônias bacterianas, sendo 12 delas Gram negativas e na mistura três, foram verificadas 16 colônias bacterianas distintas, sendo 12 Gram negativas. De acordo com as características das colônias e das bactérias analisadas, os microrganismos encontrados podem pertencer aos gêneros *Salmonella*, *Enterobacter*, *Proteus* e *Escherichia*. Os resultados deste estudo alertam para a possibilidade da presença de outros microrganismos patogênicos advindos do composto podendo representar risco biológico à saúde pública e ao meio ambiente.

Palavras-chave: Compostagem; Lixiviado; Chorume; Microrganismos.

¹ Graduanda em Ciências Biológicas. Laboratório de Estudos em Meio Ambiente-LEMA/ UCSal. Bolsista Iniciação Científica PIBIC-FAPESB – Autora.

² Doutora em Geotecnia/USP- Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSal – Co-Orientadora.

³ Doutor em Ciências /UFRJ. Professor Adjunto do Instituto de Ciências Biológicas e do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental/UCSal - Pesquisador do Laboratório de Estudos em Meio Ambiente-LEMA – Orientador.

ESTUDO PRELIMINAR DO PROCESSO DE COMPOSTAGEM DE DIFERENTES MISTURAS DE RESÍDUO ORGÂNICO REALIZADO EM SALVADOR-BA

Maria Carolina de Paiva Costa¹
Miriam de Fatima Carvalho Machado²
Juan Carlos Rossi Alva³

No Aterro de Canabrava, localizado na cidade de Salvador-Ba, funciona a Unidade de Compostagem da LIMPURB, que realiza um processo artesanal de produção de fertilizante orgânico com uma proporção de 70% de material carbonado e 30% de material nitrogenado: restos de poda provenientes do serviço de jardinagem das vias públicas, e cama de animal, mistura feita de esterco de animais e serragem, oriundos de feiras agropecuárias que ocorrem na cidade, respectivamente. O processo realizado pela LIMPURB utiliza o revolvimento e umedecimento periódicos, e a medição da temperatura e do índice pluviométrico, como únicos parâmetros de acompanhamento da maturação das pilhas, além disso, não há avaliação laboratorial do composto produzido para determinação da qualidade do produto final. Dentro desta conjuntura, vem sendo realizado um experimento com três misturas de diferentes resíduos orgânicos, montadas em triplicata, para identificar qual mistura gera o composto orgânico de melhor qualidade. Este trabalho objetiva avaliar os resultados preliminares do monitoramento diário das pilhas, no período de poucas chuvas – verão, onde ocorreu a aferição da temperatura de cada uma, assim como da temperatura ambiente e índice pluviométrico. A umidade foi controlada através da aeração pelo método de revolvimento manual e umedecimento, quando necessário, duas vezes por semana. Além disso, amostras das nove pilhas foram submetidas a análises no Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA/UCSal, para realizar a caracterização físico-química da matéria-prima inicial e do composto orgânico produzido. Após analisar os dados obtidos, observou-se que a mistura 1, não apresentou nitidamente uma fase termófila, importante na eliminação de microrganismos patogênicos e de sementes de ervas daninhas. Nos períodos com maiores índices de chuva, as pilhas também apresentaram maior grau de umidade. O composto orgânico produzido com a mistura 1 apresentou maior média de teor de matéria orgânica (61,91%), contrapondo a mistura 3 (34,50%). As misturas 1 e 2 obtiveram as menores médias de resíduo mineral total, ambas com 9,95%, enquanto a mistura 3 obteve 15,51%. Todavia, as três misturas apresentaram materiais inertes no produto final, sugerindo possíveis erros no processo de revolvimento manual. Ambas as misturas também demonstraram grande redução do diâmetro do material inicial na maturação do composto, e seus índices de pH apresentaram-se maiores que 8,0, conforme sugerido pela literatura consultada. Embora os resultados encontrados já diferenciem particularidades de cada mistura, ainda é necessária a apuração de outros ensaios, como a relação Carbono/Nitrogênio e a presença de metais pesados, visando determinar a qualidade final do composto produzido.

Palavras-chave: Compostagem; Análise físico-química; Fertilizante orgânico.

¹ Bolsista IC CNPq – Graduando em Ciências Biológicas/UCSAL; Laboratório de Estudos em Meio Ambiente – LEMA - carolinapaivacosta@gmail.com

² Doutora em Geotecnia/USP- Professora do Departamento III/ Escola de Engenharia/UCSAL – Co-Orientadora

³ Doutor em Bioquímica/UFRJ – Professor adjunto do Instituto de Biologia e do Corpo Permanente do Mestrado em Planejamento Ambiental/UCSAL, Pesquisador do LEMA – Orientador

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA NO LITORAL DE CAMAÇARI E MATA DE SÃO JOÃO: UM ESTUDO COM BASE EM IMAGENS DE SENSORIAMENTO REMOTO

Midiã Conceição Santos¹
Silvana Sá Carvalho²

Este trabalho tem como objetivo mostrar o estudo realizado sobre a evolução da ocupação urbana do litoral dos municípios de Camaçari e Mata de São João, a partir da implantação da rodovia estadual BA-099. Para realização do trabalho foi feito um levantamento de imagens da década de 1970 (Sistema de Referências Cartográficas-SICAR) dos dois municípios, imagens de satélite Ikonos do Município de Camaçari do ano de 2003 e imagens do satélite SPOT5 do Município de Mata de São João, referente ao ano de 2003. Foi realizada a vetorização das áreas ocupadas, utilizando o programa de geoprocessamento ArcGIS, possibilitando o mapeamento de áreas com ocupação urbana no litoral, enfatizando as localidades de Guarajuba, Monte Gordo, Arembepe, Itacimirim e Praia do Forte. Observamos que após a implantação da BA-099, em 1975, as localidades próximas à rodovia sofreram uma grande transformação, pois se tornaram locais de turismo e ao longo do tempo passaram a ser locais de moradia fixa, tornando-se uma área atrativa para o mercado imobiliário. Durante o período da pesquisa foram encontradas dificuldades de acesso e obtenção das imagens, dificultando um diagnóstico mais apurado da evolução da ocupação urbana dos municípios em questão, principalmente em relação a imagens das décadas de 1970, 1980 e 1990.

Palavras-chave: Ocupação Urbana, Geoprocessamento, Camaçari e Mata de São João.

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Católica do Salvador, bolsista FAPESB

² Doutora em Geografia, professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, orientadora da pesquisa

FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLOGIA DE CLAREIRAS NATURAIS EM UM TRECHO DE FLORESTA OMBRÓFILA DENSE NO MUNICÍPIO DE ITUBERÁ – BA

Cláudio Cima Argolo Colares ^{1 2}
Christiano Marcelino Menezes ²
Vanessa Iris Silva Da Silva ²

As florestas ombrófilas do complexo Mata Atlântica no Estado da Bahia, estão concentradas nas Regiões Sul e Extremo Sul do Estado. As clareiras naturais são áreas temporariamente abertas na vegetação, o tamanho delas afeta o microclima e as condições de estabelecimento de plântulas além do crescimento vegetal. Considerando a importância dos estudos das clareiras naturais, o objetivo do estudo foi realizar um levantamento florístico-fitosociológico da sua vegetação. Foram realizadas ao longo do estudo, coletas bimestrais de material botânico para posterior identificação. Os parâmetros fitossociológicos analisados foram: densidade absoluta e relativa (DA e DR), dominância absoluta e relativa (DoA e DoR) e índice de valor de cobertura (IVC). As plantas amostradas apresentaram circunferência na altura do solo (CAS) maior ou igual a 5 cm. As cinco clareiras amostradas obtiveram uma riqueza total de 96 espécies, distribuídas em 56 gêneros, pertencentes a 39 famílias. A família com maior riqueza específica foi Arecaceae (9 espécies). Na clareira 1 (CN01) foram identificadas 37 espécies em um total de 81 indivíduos amostrados. A espécie de maior valor de cobertura foi *Duguetia sp*¹ (VC=36). Para a clareira 2 (CN02) 31 espécies foram identificadas em um total de 67 indivíduos, sendo *Eugenia sp*¹ (VC= 33) a espécie de maior valor de cobertura. A clareira 3 (CN03) apresentou 26 espécies em um total de 65 indivíduos amostrados e *Euterpe edulis* (VC= 85) como a espécie de maior valor de cobertura. A clareira 4 (CN04) apresentou 49 indivíduos pertencentes a 28 espécies, das quais a espécie dominante foi Euphorbiaceae 01 (VC= 37), enquanto que *Lacmellea pauciflora* (VC= 42) foi a espécie dominante na clareira 5 (CN05), que apresentou 11 espécies em 17 indivíduos amostrados. A partir dos resultados observados, sugere-se que as dissimilaridades quanto à composição de espécies das clareiras naturais esteja, provavelmente, associada as suas diferenças ambientais.

Palavras-chave: Clareiras naturais; Mata atlântica, Valor de Cobertura.

¹ Bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) - claudinho_bilogia@yahoo.com.br

² Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA) - Universidade Católica do Salvador (UCSal), Salvador – BA

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PÓS-ESTATUTO DA CIDADE (2001)

Queila Firmino da Luz Trigueiros¹
Aparecida Netto Teixeira²

A partir da Constituição de 1988, o governo federal instituiu a função social da cidade e da propriedade, regulamentada pelo Estatuto da Cidade (2001), que tem como um dos objetivos regularizar a situação das ocupações irregulares, desprovidas de serviços básicos, como infraestrutura e saneamento. A presente pesquisa tem como objetivo identificar os principais avanços que houveram no âmbito da habitação de interesse social no Brasil, pós-Estatuto da Cidade (2001), tendo como objeto de estudo um conjunto de municípios brasileiros previamente selecionados. A metodologia utilizada constou de leitura sistematizada e análise dos respectivos Planos Diretores, destacando-se para os mesmos os aspectos relacionados à habitação de interesse social. Para tanto, foi realizada a montagem de quadros-síntese institucionais (por município) constando das seguintes informações: legislação; definições relativas à habitação de interesse social; Instrumentos de Política Urbana; previsão da Política de Habitação de Interesse Social; previsão do Plano Municipal de Habitação, do Conselho Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Habitação. Posteriormente foram elaborados quadros-resumos e, a partir destes, uma análise comparativa acerca dos municípios pesquisados. Como resultado da pesquisa obteve-se a identificação, para o conjunto dos municípios pesquisados, daqueles que mais avançaram em relação à inclusão da temática da habitação de interesse social nos Planos Diretores, o que indica um desdobramento direto das diretrizes nacionais estabelecidas na lei do Estatuto da Cidade, possibilitando o respaldo legal para uma ação pública mais efetiva nessa área. Pode-se constatar, que, apesar de tratar-se de um tema de suma importância, considerando-se que a moradia digna é um direito social assegurado pela Constituição Federal (1988), de um modo geral, os municípios tem avançado pouco, considerando-se que, em sua maioria, os planos diretores não abordam essa temática de modo satisfatório. A apresentação será feita na forma oral.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Função social da propriedade; Política Urbana.

¹ Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia). Discente do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

² Orientadora. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gestão Democrática das Cidades”, vinculado à Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Profª.Dra. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL).

INSERÇÃO DIGITAL DAS FAZENDAS MUNICIPAIS DA BAHIA

Daniel Montenegro Pereira¹

André Alves Portella²

O presente trabalho faz parte do projeto do Núcleo de Estudos em Tributação em Finanças da Universidade Católica do Salvador, que tem por escopo realizar uma análise jurídico-tributária das possibilidades de inserção digital das Fazendas Públicas Municipais da Bahia. Destarte, este projeto visou reunir, analisar e comparar a legislação pertinente aos Municípios deste Estado, bem como aplicativos utilizados, aperfeiçoamentos que poderão ser executados e a necessidade atual do mercado frente a demanda disponível. Primeiramente realizou-se um levantamento sócio-econômico-geográfico da região em comento, buscando demonstrar quesitos como população; IDH; renda; arrecadação, repasses e transferências de tributos; dentre outros. Ulteriormente procedeu-se a coleta da legislação destes municípios. Este ponto foi de difícil execução, uma vez que ainda não foi possível obter grande parte das leis dos municípios, tendo em vista a falta de informatização das Câmaras Municipais, não estando, estas leis, disponíveis nos sites da Câmara, nem se dispondo, os servidores, enviá-las por e-mail ou pelo correio. Durante o trabalho foi realizado também, com o fito de conhecer a realidade da legislação dos municípios da Bahia, uma análise da legislação tributária dos municípios de Itabela, Itagimirim, Eunápolis e Santa Cruz Cabrália, analisando, precipuamente, a redação e o conteúdo material desta espécie legislativa, apontando lacunas e conflitos porventura existentes, atividade que tendeu o artigo “Legislação tributária na Bahia, lacunas e conflitos”. Posteriormente, foram retomadas as atividades de perquirição dos instrumentos legais tributários dos Municípios e foi elaborada uma base de dados informatizadas onde estes arquivos estivessem organizados e disponíveis. O objetivo final da pesquisa ainda foi não atingido, pois a abordagem acerca da inserção digital ainda necessita da coleta de subsídios, estando o projeto ainda em desenvolvimento. Entretanto, diversos outros resultados foram obtidos, como o levantamento do quadro sócio-econômico-geográfico que demonstra a realidade e divergências entre os Municípios Baianos, o qual deu azo ao artigo já publicado; a base de dados que foi construída, que, apesar de ainda em construção, já se encontra em estágio bastante avançado. Outrossim o estudo da tributação municipal rendeu outros trabalhos que, não obstante não serem diretamente ligados ao tema, apresenta certa pertinência, como o artigo “Incidência do ISS nos serviços de Plano de Saúde”.

Palavras-chave: Tributação; Municipal; Inserção Digital.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - FAPESB

² André Alves Portella/ Mestre e Doutor em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade Complutense de Madrid (Menção Honrosa "Doctors Europeus"). Professor Adjunto dos cursos de Mestrado e Graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador. Pesquisador e consultor do CNPq e da FAPESB. Coordenador do NEF - Núcleo de Estudos em Tributação e Finanças Públicas / Orientador

INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Fernanda Souza da Silva¹

Kátia Siqueira de Freitas²

O objetivo deste fichamento é o de contribuir para o estudo da ampliação, possível inserção e compreensão da atuação do Assistente Social no sistema educacional. O profissional de serviço social começa a ser pensado como uma profissão que pode ser de fato inserida na área de educação, havendo a possibilidade da ampliação e reconhecimento da profissão. O Serviço Social também poderá contribuir com seu saber para impulsionar uma reflexão política aos segmentos populacionais, em que os cidadãos também possam reconhecer seus direitos e deveres para exercerem sua cidadania. Desta forma, o público estudantil começará a pensar sobre as questões sociais, políticas públicas, políticas sociais e futuramente estar contribuindo de alguma forma com a profissão, com a sociedade e consigo mesmo, enquanto indivíduo e ser pensante. O Assistente Social inserido nesse novo meio fará com que a população estudantil, seus respectivos familiares e comunidade compreendam sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais. Pensar na inserção do Assistente Social na área de educação é pensar na possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional, além do que o profissional de Serviço Social é auxiliado pela teoria gramsciana, pois esta reconhece a importância do sujeito nas inúmeras mudanças sociais. Assim, em meio às mudanças sociais que vêm ocorrendo, o Serviço Social também contribui com seu saber para impulsionar uma reflexão política aos segmentos da população como um todo. Segundo Almeida (2000) as demandas provenientes do setor educacional no que se refere a sua ação ou ao fazer profissional do Serviço Social recaem em diversas situações. Tem-se assim, a necessidade de trabalhar com crianças e adolescentes, suas famílias e muitas vezes atender solicitações de trabalho com os próprios professores, sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais que tem marcado o trabalho dos profissionais do Serviço Social. Segundo o CFESS (2001), os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da educação são:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.23).

Para Martins (1999), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas do CNPq;

² Professora Doutora da Universidade Católica do Salvador, orientadora.

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família/escola/comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p.60). Assim, compreende-se que são muitas as contribuições que o assistente social pode trazer e colaborar na área da educação, o Serviço Social se encontra apto e capacitado para intervir, complementando o trabalho que já é desenvolvido na escola por outros profissionais conhecidos da área, como: professores, orientadores educacionais e pedagógicos, dentre outros. É importante salientar que o assistente social no âmbito da educação não se insere neste espaço para substituir outro profissional ali existente, mas sim se tem como objetivo o trabalho dos conhecimentos interdisciplinares, no intuito de superação das demandas emergentes ao contexto educacional. Além disso, é preciso entender a necessidade da inserção desse profissional nesse processo, sendo o de envolver os alunos no que diz respeito ao frequentamento deste no âmbito educacional, o que dará a ele o direito e o interesse de poder continuar a estudar. Pois, torna-se preciso estruturar a política educacional de acordo com as necessidades que a escola tem hoje, como por exemplo a luta pela inserção do assistente social na esfera educacional de acordo com os Projetos de Lei (PL) nº 3.688 e nº 837 de 05 de julho de 2005. Segundo Santiane cabe salientar que a inserção do Serviço Social na educação contribuirá na garantia da democratização, do acesso do cidadão à educação, na qualidade do ensino e no desenvolvimento cultural do indivíduo. Instalando na escola sua função social na proteção de direitos a crianças e adolescentes conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e trabalhando com as facetas da questão social dentro das escolas públicas.

NORMA VINCULANTE E COMPORTAMENTO DESVIANTE

Gaby Maffei dos Santos¹
Prof. Dr. Nelson Baltrusis²

O trabalho propõe debater o processo de estigmatização através da norma - que se julga legítima, vinculando indivíduos às características de um comportamento desviante dentro de um debate político estatal. Neste contexto, utiliza-se a palavra *vadiagem* tipificada em nosso ordenamento jurídico estigmatizando pessoas e determinados grupos sociais até a década de 30 quando o estado necessita da “simpatia” desses *vadios* para o ingresso na segunda guerra mundial transformando em contravenção penal. A partir desse pressuposto, o sistema jurídico nacional passa a tratar além do crime em si, a noção de crime e contravenção penal, sendo esta última um delito de menor potencial, ou como podemos chamar de menor dano, mesmo havendo diferenciação enquanto a pena, fica a critério e entendimento do legislador quando o ato delituoso se refere a um crime ou a uma contravenção penal. Considerando de que é necessário um ato, uma ação delituosa para haver um crime ou uma contravenção, e que a *vadiagem* é um tipo omissivo, pois a sanção por estar “*vadiando*” não necessita de conduta, pois se trata de um mero estado do sujeito. Neste sentido, forma o texto trás a vinculação da norma como instrumento construtor de estigma dentro da sociedade, desmitificando a ideia de inadaptabilidade do indivíduo com o meio social, mas sim a construção política do indivíduo - apontado, enquadrando e vinculado o indivíduo a um comportamento desviante perante a sociedade.

Palavras-chave: Norma-Vinculante-Comportamento-Tipificação-Vadiagem

¹ Bolsista de Iniciação Científica FAPESB

² Orientador

O DIREITO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Rebeca Vilas Boas Costa Dias¹

Thiago Marques Leão²

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima³

A partir da Convenção dos Direitos da Criança um novo paradigma jurídico é estabelecido em relação aos direitos de crianças e adolescentes. Pela nova ordem constitucional brasileira, eles assumem o status de protagonistas de direito, recebendo, por isso, a garantia de atendimento prioritário. A lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) dispõe sobre a proteção integral ao segmento infanto-juvenil e considera dever da família, da sociedade e do poder público assegurar a efetivação do direito à saúde com absoluta prioridade. Este direito ressalta a natureza essencial da criança e do adolescente como sujeitos de direito e lhes garante, todos os direitos fundamentais do ser pessoa. Necessária, além de uma rede protetional que efetive as garantias e direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma produção científica que estude esses fenômenos. Este trabalho visa analisar a produção acadêmica “stricto sensu” sobre “Direito da criança e do adolescente” no período 1987-2009 no Brasil e sua relação com o tema Saúde. Adotou-se estratégia quanti-qualitativa com revisão de literatura científica, levantamento legislativo e da produção acadêmica nacional no Banco de Teses da CAPES. A partir do levantamento observou-se a construção de um direito da infância e juventude. Contudo, o resultado revela a escassez da produção acadêmica sobre o tema e faculta sugestões contidas no artigo.

Palavras-chave: Direito da criança e do adolescente; Saúde; Convenção dos Direitos da Criança; Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Bolsista FAPESB. Integra o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq – UCSal). E-mail: becavilasboas@gmail.com

² Bacharel em Direito pela UCSAL. Mestrando em Saúde Pública – USP. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq – UCSal). E-mail: thmleao@usp.br

³ Professora do PPGFSC- UCSal. Juíza de Direito. Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq – UCSal). E-mail: isabelmsol@gmail.com

O PLANO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sabrina de Oliveira Silva Telles¹
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima²

A Era de Direitos é uma era de respostas, em que se devem encontrar meios para dar fundamentos aos direitos humanos. Nesse panorama, destacam-se as grandes convenções de direitos humanos. Dentre elas, a mais recente é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O Estado da Bahia, baseando-se em exigências da Convenção, da qual o Brasil é signatário desde 2007, lançou o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PEDPCD). O Direito da Criança e do Adolescente, fundado no princípio da Proteção Integral, no Brasil, encontra respaldo legislativo no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, emerge a necessidade de garantir os direitos da criança e do adolescente com deficiência que possuem, dessa forma, uma dupla vulnerabilidade. O presente trabalho tem por objetivo a discussão do PEDPCD à luz do Direito da Criança e do Adolescente. Para tanto, foi utilizada uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, por meio dos procedimentos revisão de literatura e análise documental. Encontram-se, em cada eixo estratégico do Plano, apesar de não expressos, elementos da Proteção Integral da criança. Entretanto, por causa dessa não explicitação, é necessário, portanto, que as ações políticas, baseadas no Plano, priorizem a criança com deficiência para a garantia efetiva de seus, já expressos, direitos.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Proteção integral da criança, adolescente, Direitos humanos, Plano Estadual.

¹ Graduanda do Curso de Direito – UCSal, 5º semestre, integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família, bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: telles.sabrina@hotmail.com

² Professora Doutora em Saúde Pública (ISC-UFBA), coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPq/UCSAL). E-mail: isabelmsol@gmail.com.

O TRABALHO FORMAL NA RMS - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Adriana Cristina Barros Santiago¹

Ângela Maria Carvalho Borges²

O trabalho é uma das principais idéias-fundadoras da sociedade moderna ocidental, que coincide com advento do capitalismo, ou seja, com a subordinação do trabalho às premissas do capital. O modo de produção das mercadorias somente poderia existir com a exploração do trabalhador e com a alienação coletiva. Continuam a serem estabelecidas as relações deletérias entre as necessidades infinitas de lucro pelo capitalista e a exploração do trabalho, ou como se refere Salm, existe uma dependência do capital frente ao trabalho vivo. O Trabalho Formal é, no Brasil, o trabalho com benefícios e carteira profissional assinada. Consiste normalmente em um trabalho realizado para empresas que garante todos os direitos trabalhistas. Segundo Dedecca, a formalidade é definida em relação ao cumprimento das normas legais que organizam a atividade econômica e o mercado de trabalho. Na experiência brasileira, esta formalidade é indicada pela existência da carteira de trabalho para os assalariados, pela contribuição à Previdência, pelo registro municipal para os autônomos e pela constituição de uma empresa para os empregadores. O cumprimento ou não das normas legais é o fator que determina uma segmentação do mercado de trabalho entre formal e informal. No Brasil, o Mercado de Trabalho na década de 90 passou por uma forte crise para quem vive do trabalho, fruto da precarização do vínculo institucional, desemprego e retração do núcleo formal, aumentando assim a informalidade. Esta mudança tem sido identificada com uma piora de qualidade ou precarização, do emprego, já que este, no mercado informal, é tido como de baixa qualidade. Desta forma, o trabalho formal passa por uma redução significativa, mantendo uma taxa de desemprego elevada face a reduzida capacidade da absorção dos excedentes pelo mercado informal. Nos anos 2000, segundo Pochamann, a economia brasileira voltou a crescer como confluência de fatores internos e externos favoráveis, a curva do emprego ou ocupação voltou a acompanhar da produção, surgindo então expansão do consumo e da produção, com reflexos positivos sobre a capacidade de geração de novos postos de trabalho da economia, ainda que o aprofundamento da crise global tenha repercutido negativamente. A análise baseada nos indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego- PED da Região Metropolitana de Salvador - RMS, revela que o desemprego registrou uma queda de 24,4%, em janeiro de 1999, para 13,6% em janeiro de 2011 e aponta melhorias na qualidade dos postos de trabalho existentes na RMS com o avanço do Trabalho Formal. No mês de maio de 2011, a parcela de trabalhadores formais ocupados na RMS foi estimada em 1.548 mil pessoas e o contingente de empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada e autônomos somam uma estimativa de 1.360 mil pessoas. Cabe ressaltar, no entanto, que apesar do emprego formal ter aumentado nos últimos anos, a população brasileira ainda assim enfrenta questões de insegurança no mercado de trabalho. Na RMS, a taxa de desemprego total manteve-se estável em 2011. Portanto, observa-se a necessidade de mudança estrutural no modelo de desenvolvimento para conseguir superar os traços mais negativos do mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-chave: Resumo; Formatação; Pontos relevantes.

¹ Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, bolsista do CNPQ.

² Doutora em Ciências Sociais, professora e coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL, pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho

O TRABALHO INFORMAL NA RMS - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Lenita Públio de Castro Mesquita Neta¹

Ângela Maria Carvalho Borges²

Nenhum setor do trabalho está isento ao desemprego e ao trabalho informal, o importante não é quando o desemprego ou o trabalho informal vai ameaçar os trabalhadores empregados, mas quando estes trabalhadores irão vivenciar de qualquer modo a precarização. O problema não está basicamente relacionado aos trabalhadores não qualificados, mas também aos trabalhadores com alta qualificação que disputam com os desempregados e os trabalhadores não qualificados, os empregos disponíveis e que são cada vez mais difíceis de encontrar, mas que se modificando ao longo da história no Brasil. O conceito de setor informal originou-se da formulação da OIT – Organização Internacional do Trabalho a partir da problemática do emprego, que defendia a existência de dois segmentos do trabalho. O primeiro o formal, composto por unidades produtivas organizadas e o informal, composto por unidades produtivas não organizadas. O trabalho informal é caracterizado como atividade econômica sem registros oficiais, como assinatura da carteira de trabalho, emissão de notas fiscais, algum tipo de contribuição e contrato social de empresa. Portanto, o trabalho informal não se limita à atuação dos “camelôs”, incluindo todas as atividades econômicas desprovidas de registros. Cabe ressaltar que apesar da informalidade representar importante setor na estratégia de ocupação local, não é capaz de absorver toda mão-de-obra disponível, resultando no crescimento do desemprego de longo prazo, com destaque para o incremento do desemprego oculto pelo trabalho precário. A PEDRMS - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador demonstra à base de dados estatísticos, a situação do mercado de trabalho nessa região. Esta pesquisa permite o acompanhamento quantitativo e qualitativo da situação do mercado de trabalho local. Seus resultados fornecem informações para ações do setor público, trabalhadores, empresários e estudiosos do mercado de trabalho. Segundo os indicadores da PED, nos anos 90 a informalidade ganhou novas dimensões na RMS, na medida em que se destacou como importante espaço de ocupação de parte relevante de trabalhadores, antes incorporados ao setor regulamentado da economia. Tais indicadores mostram também que a partir dos anos 2000 o emprego formal cresceu novamente e quem estava sem carteira ou desempregado teve mais chances de conseguir um vínculo formalizado. A PEDRMS comprova que refletindo a expansão de vagas – formais e informais – no mercado de trabalho, entre maio de 1999 e maio de 2011 a taxa de desemprego total da região metropolitana diminuiu intensamente (de 28,1 para 15,6 da PEA). No mesmo período, o contingente de desempregados diminuiu, como resultado da geração de novos postos de trabalho. Resultado este relacionado ao aumento do assalariamento no setor privado, havendo significativo aumento de trabalhadores com carteira assinada, e, em menor proporção houve uma diminuição no setor público que consequentemente diminuiu a taxa de trabalhadores sem carteira assinada. Observou-se crescimento em setores de atividade econômica como construção civil, serviços e outros setores como os serviços domésticos, indústria, comércio, trabalhadores familiares, autônomos entre outros, de acordo com os dados da PEDRMS.

Palavras-chave: Resumo; Formatação; Pontos relevantes.

¹ Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, bolsista do CNPQ.

² Doutora em Ciências Sociais, professora e coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL, pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho.

PAR FORMAÇÃO

Camila Sérvio Barros Ferreira¹

Kátia Siqueira de Freitas²

O Par Formação é um curso que constitui a formação de gestores de escolas públicas que cooperam com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da concretização do direito a educação escolar com qualidade social. Como decorrência dessa ação, o MEC acredita nos avanços dos índices educacionais das escolas e municípios atendidos. Esse curso é oferecido em duas modalidades, à distância com suporte impresso e a distancia com base na plataforma moodle. O moodle é um sistema que tem como objetivo de gerenciar para criação de um curso online e sua ampliação é de forma que pode colaborar um grupo ou uma comunidade virtual a qual tem por finalidade reunir programadores, administradores, professores e usuários. A plataforma vem sendo bem aplicada como ambiente de apóio à Educação à distância, além disso, pode dar base a cursos presenciais, desenvolver grupos de estudo e treinamento de professores e a Assessoria de Educação a Distancia da UFPA do mesmo modo faz uso da plataforma como apoio para os cursos EAD para conseguir acesso a Plataforma do ensino a distância da AEDI/UFPA. O curso à distância é a modalidade de ensino permite que o aprendiz não esteja fisicamente presente em um ambiente formal de ensino e aprendizado admitindo que faça seu auto estudo em tempo distinto, ou seja, diz respeito à separação temporal ou espacial entre o professor e o aprendiz. O programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública faz parte de uma ação de desenvolvimento que apareceu da necessidade de estabelecer processos de ensino e de aprendizagem para desenvolver técnicas e métodos para a educação à distância. Essa iniciativa tem como escopo a abertura de novos conceitos e praticas brasileira e o publico tem acesso a todos os programas como a formação de um grupo de instrutores em gestão educacional para atuarem em cursos à distância possibilitando a formação de profissionais habilitados pela UFBA para atuarem no EAD. Em síntese esse procedimento de ensino-aprendizagem é dado como um método de ensino e aprendizagem onde professor e aluno não estão normalmente juntos fisicamente, mas conectados e interligados por tecnologias. Segundo o decreto de lei sobre Planos de Metas ocorre um conjunto de diretrizes a serem arrumadas e essa união ao compromisso encaminha o apoio das Universidades Federais à rede publica de educação básica da qual se inclui o Par Formação.

¹ Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pelo sistema de cotas da FAPESB;

² Professora Doutora da Universidade Católica do Salvador, orientadora.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

Luan Matheus Barbosa Dantas de Jesus¹
Aparecida Texeira Netto²

A pesquisa definiu a participação social da sociedade no planejamento do território de identidade do Recôncavo Baiano. O município em destaque (Cruz das Almas) foi a fonte da pesquisa relacionando os planos diretores habitacionais com a participação efetiva da população. Através de revisões literárias sobre cultura, participação social e democracia perceberam-se a importância da participação populacional com os órgãos públicos. Através de uma análise documental sobre os planos diretores de Cruz das Almas, juntamente com dados estatísticos do IBGE foi possível comparar a evolução sócio econômica dos habitantes daquele território. Através da pesquisa elaborada pela revisão documental, houve de fato, um aprimoramento da assistência pública perante a população. Segundo a primeira pesquisa realizada por Renata Veraz não ficou claro a delimitação de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), porém, trata-se de algumas ações previstas na lei como a regularização fundiária, urbanização e construção de habitações. Já visto, o novo plano da prefeitura Municipal de Cruz das Almas, estabeleceu que a população pudesse ter direito como, por exemplo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e limpeza urbana, porém, não existe a definição de instrumentos específicos visando a universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental. Estes serviços básicos como a de moradia digna foram debatidos em conselhos, os cidadãos através do regimento dos conselhos fica permitido a participação da sociedade civil juntamente com a sociedade pública. Segundo a pesquisa nos últimos anos, os instrumentos da sociedade civil foram ampliados. Paulatinamente a sociedade vem ganhando o seu espaço em locais como conselhos e conferências, podendo propor novas melhorias para a política habitacional do seu respectivo território.

Palavras-chave: Sociedade Civil; Participação Democrática; Território.

¹ Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador/UCSal, bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia/FAPESB

² Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, professora orientadora.

PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA

Tiago Ferreira Santos ¹

José Euclimar Xavier de Menezes ²

O presente projeto tem como tema os princípios do Direito de Família. A abordagem metodológica, para o desenvolver, foi a consulta bibliográfica, com objetivo de estabelecer um quadro indicativo *numerus apertus* entre os princípios gerais diretivos do Direito que influem no Direito de Família e os princípios específicos dessa ramo jurídico. Inicialmente, foram explicadas diferenças entre normas, princípios e regras, segundo festejados jusfilósofos, para, posteriormente, serem relacionados e explicados os princípios mais importantes que regem esse ramo objeto da pesquisa. Desse modo, os resultados da pesquisa realizada foi que os princípios da proteção da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da função social, da igualdade, da liberdade e da vedação ao retrocesso são princípios gerais diretivos do Direitos que mais influem no Direito de Família, enquanto que os princípios da afetividade, da solidariedade familiar, da função social da família, da igualdade entre filhos, da igualdade entre cônjuges e companheiros, do melhor interesse da criança, e da intervenção mínima do Estado são princípios específicos do Direito de Família. Tendo em vista essa construção, conclui-se que há uma interlocução necessária entre os princípios gerais do Direito e os princípios específicos do Direito de Família que, por vezes, impossibilita uma cisão, tornando essas manifestações e consequências lógicas daqueles.

Palavras-chave: Norma; Princípio; Regra; Direito de Família.

¹ Estudante de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB)

² Ph.D em Filosofia pela Pontificia Università Lateranense de Roma, com estudos de mestrado e doutorado em Filosofia pela Unicamp. É professor e pesquisador do Programa em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

PROBLEMATIZAÇÃO ACERCA DA RAÇA COMO CRITÉRIO DE JUSTIÇA SOCIAL: À GUIA DAS COTAS INSTITUCIONAIS

Iracema Spinola das Neves¹
José Euclimar Xavier de Menezes²

No contexto atual brasileiro muito se discute a política de cotas nas Universidades Públicas. O que justifica que esta política pública priorize o critério social em lugar do critério racial na decisão que pretende garantir acesso ao negro à universidade? Nossa questão de pesquisa inquirir se a escolha do critério racial para a distribuição das vagas nas universidades públicas não irá ter efeitos danosos à própria imagem e cidadania do negro. O direcionamento de uma política pública deve ser realizado de forma isenta, sem sectarismos políticos e interesses panfletários. Pessoas negras, pardas, como também os brancos carentes, constituem essa massa de excluídos. O que justifica, desse contingente, o privilégio do negro? Os brancos carentes, por não fazerem jus às cotas, estão interditados do direito de estudar em universidades públicas e se sacrificam para entrar nas instituições pagas. O presente estudo é pertinente visto que o tema é bastante presente na atualidade. Entretanto as vozes que mais ecoam são as vozes dos militantes políticos dos movimentos negros que defendem as cotas pelo critério racial inclusive ressaltando tratar-se de reparação. A abordagem proposta na pesquisa é de que a medida não se trata de reparação simplesmente e sim, de justiça social. O que nos leva à elaboração deste trabalho é a reflexão sobre a adoção da raça como critério para a seleção. Mesmo em se tratando das cotas pelo parâmetro do poder aquisitivo, o negro deve lutar pelo respeito à sua dignidade e estar atento para não alimentar ideologias que levem a reforçar preconceitos, como o de que o mesmo tem potencial intelectual inferior ao do branco. É fundamental esse debate para que atitudes equivocadas não permitam que continuemos com um ensino básico de baixa qualidade, posto que teremos as cotas para permitir o acesso a Universidade mesmo com baixo nível intelectual dos elegíveis. O que falta para a solução do problema em verdade é ensino básico de qualidade, haja vista que os negros hipersuficientes não necessitam de cotas raciais para ingressar na Universidade. Os cidadãos carentes sejam negros, pardos ou brancos devem lutar pelo respeito e pela justiça social, para não alimentar a subjetivação em lugar do seu crescimento intelectual e moral.

Palavras chave: Racismo; Cotas; Justiça Social

¹ Pesquisador Iniciação Científica bolsista PIBIC FAPESB

² Orientador

PROCESSO PARTICIPATIVO NA FORMAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE CACHOEIRA-BA

Mariane Couto¹
Nelson Baltrusis²

Cachoeira é uma cidade que recebe visitantes do mundo inteiro, porém acima de tudo esse potencial turístico, evidenciado pelas riquezas ecológicas do Município e seu patrimônio arquitetônico, está o povo que por ele deve zelar, conhecer, e orgulhar-se. O diálogo com os moradores locais permite o conhecimento da forma como o cidadão se relaciona com sua cidade, de que modo ele a usa e qual a sua participação no sentido de fazê-la no seu cotidiano. É a percepção do cidadão usuário e contribuinte para a formação do patrimônio público, financeiro, econômico e cultural. O primeiro passo para a elaboração do plano diretor é a efetiva participação da comunidade, no município de Cachoeira a criação do espaço cidadão foi um projeto reservado a cidadania, onde os habitantes poderiam demonstrar sua visão da cidade e o que eles desejam para o município, pois abrindo espaço para a manifestação da comunidade, os executores do plano diretor deixam de ser pessoas distantes e passam a trabalhar com a comunidade, colaborando efetivamente para a construção do plano diretor. Esse projeto também visou utilizar meios de comunicação para divulgar o plano diretor a todos os cidadãos, onde até as rádios abriram espaços para explicações à população e questionamento para dar a máxima transparência na elaboração do plano diretor. A partir desse documento, fica claro que a participação da comunidade na formação do plano diretor é de suma importância, pois são eles que mais do que ninguém conhece os pontos fracos e fortes do seu município, a aproximação dos habitantes da cidade com os profissionais que elaboram o plano diretor faz com que eles deixem de ser encarados como “pessoas distantes que estão elaborando o plano” e passam a ser vistos como “a equipe que está ajudando a comunidade a construir o seu plano”.

Palavras-chave: Cachoeira; Plano diretor; Processo participativo

¹ Graduanda em direito, 8º semestre UCSAL. Bolsista FAPESB (autora)

² Professor titular do mestrado de planejamento territorial e desenvolvimento social da UCSAL. (orientador)

QUEM DEVE PROVER, TRABALHAR E CUIDAR? IDOSOS, FAMÍLIAS E RELAÇÕES ENTRE GERAÇÕES

Caroline da Silva Lino¹, Josimara Delgado², Larissa
Marciana de Paula de Paulo³, Rita de Cássia Alves
Pereira⁴, Uilma Ferreira Pereira Sant'anna⁵
Josimara Delgado*

Uma das dimensões fundamentais para a compreensão da sociedade contemporânea e suas mudanças tem sido a constituição de novas formas de relações entre as gerações, permeadas por vários acordos e negociações, bem como pela presença de novas referências acerca dos direitos e deveres de jovens e velhos, no espaço público ou privado da vida social. No cerne dessas transformações, têm papel relevante as mudanças na organização do mercado de trabalho e nos sistemas de proteção social os quais conformam marcos de socialização, de identidades e sociabilidades específicos para cada geração. Esse trabalho pretende contribuir para essa discussão por meio de algumas reflexões desenvolvidas com base em pesquisa feita com um grupo de idosos em Salvador-BA. Nesse estudo, foram entrevistadas 03 idosas e 02 idosos, com idades entre 77 e 91 anos, aposentados e pensionistas, de baixa renda. O objetivo foi investigar como se dão as trocas entre as gerações em famílias de idosos pobres residentes em Salvador. O enfoque do estudo é no lugar social e simbólico dos idosos a partir das representações dos mesmos acerca de questões como quem deve trabalhar, prover e cuidar no cotidiano da família. Por esse motivo, trabalhamos com uma abordagem metodológica baseada em histórias de vida a qual lida com a relação entre indivíduo e sociedade, entre presente e passado, através da dinâmica de referências simultâneas ao tempo da memória coletiva e da lembrança individual que dá forma aos depoimentos. Um dos desafios desse tipo de pesquisa é a compreensão do eixo condutor das histórias o que significa entrar em contato com um campo particular de significações. Explorando essa metodologia, a pesquisa contribuiu, ainda de forma preliminar, para descrever o universo comum dos idosos aposentados, indentificando aí, três eixos: a importância da socialização para o trabalho como um bem recebido de gerações anteriores e transmitido aos filhos e netos e o valor do trabalho como elemento que dignifica o trabalhador; o sistema de trocas intergeracionais construído nas redes familiares nas quais o idoso tem um papel importante como provedor/cuidador, mas que também podem fornecer apoio a este em momentos de fragilidade; o significado específico dessas trocas entre gerações diferentes de mulheres na família. De um modo geral, percebemos que essas redes de trocas em que se inserem os idosos são espaços de intensa

¹ Discente do 8º semestre de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador /Voluntária na pesquisa.

² Doutora em Serviço Social, docente do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

³ Discente do 4º semestre de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador /Bolsista CNPq.

⁴ Discente do 4º semestre de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador /Bolsista CNPq.

⁵ Discente do 8º semestre de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador /Bolsista FAPESB.

* Orientadora da pesquisa, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

negociação e conflitos, mediados por determinadas condições de trabalho e proteção social. Os contextos de maior estabilidade no trabalho e maior proteção social tendem a criar condições para que se estabeleçam transmissões de legados materiais e simbólicos entre mais velhos e mais jovens, bem como o contrário também se verifica, apontando para um quadro diversificado de situações.

Palavras-chave: Envelhecimento; Família; Gerações.

RELAÇÃO FAMÍLIA-TRABALHO: CONCEPÇÕES DE HOMENS E MULHERES, DE BAIXA RENDA, RESIDENTES EM SALVADOR

João Rodrigo de Seixas Bittencourt ¹

Lúcia Vaz de Campos Moreira ²

O presente estudo teve por objetivo conhecer as concepções de homens e mulheres, de baixa renda e residentes em Salvador, sobre a relação família-trabalho. Para tanto, participaram do estudo 16 pessoas, sendo nove mulheres e sete homens, com idades entre 31 e 53 anos e renda familiar de até três salários mínimos. Tinham escolaridade de até o Ensino Médio completo. Dentre os participantes, sete eram casados e possuíam filhos, quatro eram casados, mas não tinham filhos e cinco residiam apenas com os filhos, não possuindo cônjuge. Para a coleta de dados foi feita adaptação do roteiro de entrevista da pesquisa intitulada “Família – recurso pessoal e social” desenvolvido no grupo de pesquisa “Família em Mudança” (UCSal). Todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido e, em seguida, procedeu-se à entrevista em local de conveniência dos entrevistados. Os dados obtidos foram analisados pelo programa estatístico SPSS. Os principais resultados foram: dentre os 16 entrevistados, oito consideraram que a família ideal é aquela na qual ambos os cônjuges trabalhem o dia inteiro, seis avaliam que seria ideal um dos cônjuges trabalhar o dia inteiro e, o outro, apenas meio turno e, finalmente, apenas dois acreditam que o ideal é apenas um dos cônjuges trabalhar e o outro ocupar-se da família. Com relação ao que almejam viver num futuro próximo, dentre os 16 participantes, oito aspiram viver numa família em que ambos os cônjuges trabalham o dia inteiro, quatro querem que um dos cônjuges trabalhe o dia inteiro e o outro apenas meio turno e outros quatro desejam viver numa família onde apenas um cônjuge trabalha e o outro se ocupa da família. Quando precisam fazer uma escolha entre família e trabalho, metade dos entrevistados privilegia a família e, a outra metade, tem uma posição intermediária, ora privilegiando a família, ora priorizando o trabalho. Quanto à divisão de tarefas domésticas em suas residências, considerando-se os pólos de claramente divididas e casualmente divididas, constatou-se que sete participantes afirmaram haver uma tendência intermediária em suas famílias, cinco disseram haver uma clara divisão de tarefas e quatro informaram que as mesmas são casualmente divididas. Ao final, todos os entrevistados concordaram que é importante haver uma boa conciliação entre família e trabalho, priorizando tanto a realização de suas necessidades e o crescimento de seus filhos, quanto um maior convívio com seu cônjuge, parentes, outros familiares e associações. A caráter de conclusão, destaca-se a relevância tanto da família quanto do trabalho para os participantes do presente estudo que buscam conciliar ambos visando satisfazer suas necessidades pessoais, profissionais e familiares.

Palavras-chave: Família; Trabalho; Relação Família-Trabalho.

¹ Graduando de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista de iniciação científica pela FAPESB.

² Orientadora do bolsista de iniciação científica. Doutora em Psicologia (USP) e professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal).